

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 22 / 2017

31 de outubro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 31 de outubro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	
Presidência	7
Vereação	48
EDITAIS	50
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	52
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1. ^a Sessão Após a Instalação da Assembleia Municipal de Odivelas realizada em 25 de outubro de 2017	
Eleição do Presidente, do Primeiro e Segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal	57



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 33/PRES/2017

Assunto: Classificador Orgânico da Câmara Municipal de Odivelas.

Na sequência da instalação dos Órgãos Municipais realizada a 25 de outubro de 2017, em que tomaram posse os novos órgãos municipais **determino** a alteração do **Classificador Orgânico da Câmara Municipal de Odivelas**, nos moldes descritos no quadro em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

CLASSIFICADOR ORGÂNICO - Município de Odivelas

Código	Abreviatura	Unidade Orgânica
010000	AM	Assembleia Municipal
010001	CMO	Câmara Municipal de Odivelas
010002	GP	Gabinete da Presidência
Vereação		
010010	VELV	Vereador Edgar Luís Simões Valles
010030	VFJS	Vereador Fernando Jorge Seara
010032	VSS	Vereadora Susana Santos
010034	VFPF	Vereador Fernando Paíno Ferreira
010006	VPCT	Vereador Paulo César Prata Teixeira
010037	VMP	Vereador Marco Pina
010039	VJPA	Vereador João Paulo António
010012	VMLV	Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho
010007	VRF	Vereador Rui Manuel Rodrigues Francisco
010005	VAIG	Vereadora Ana Isabel Gomes



010100	DM	Direção Municipal
010101	DM/SATA	Setor de Apoio Técnico e Administrativo
Gabinetes		
010200	SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
010201	SMPC/CRD	Coordenador
010202	SMPC/SAO	Secção Administrativa e de Operações
010203	SMPC/SIP	Setor de Informação e Planeamento
010300	GVM	Gabinete Veterinário Municipal
010301	GVM/SMVM	Setor Médico Veterinário Municipal
010302	GVM/SCMVM	Setor Consultório Médico Veterinário Municipal
010400	GOC	Gabinete do Observatório da Cidade
010500	GCMA	Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa
010600	GSIC	Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania
010700	GAIAD	Gabinete de Auditoria Interna e de Avaliação de Desempenho
010800	GTIC	Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento
Departamentos		
020000	DJGFP	Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial
020100	DJGFP/DJFM	Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal
020101	DJGFP/DJFM/SCOEF	Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais
020102	DJGFP/DJFM/SCP	Setor de Contratos Públicos
020103	DJGFP/DJFM/STJ	Setor Técnico-Jurídico
020104	DJGFP/DJFM/SAG	Setor Administrativo Geral
020105	DJGFP/DJFM/SF	Setor de Fiscalização
020106	DJGFP/DJFM/SR	Setor de Ruído
020107	DJGFP/DJFM/SFE	Setor de Fiscalização de Estacionamento
020108	DJGFP/DJFM/LACMO	Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas
020200	DJGFP/DFA	Divisão Financeira e de Aprovisionamento
020201	DJGFP/DFA/T	Tesouraria
020202	DJGFP/DFA/SC	Setor de Contabilidade
020203	DJGFP/DFA/SLP	Setor de Liquidação e Pagamentos
020204	DJGFP/DFA/SPOCC	Setor de Planeamento Orçamental e Controlo de Custos
020205	DJGFP/DFA/SAGS	Setor de Aquisições e Gestão de Stocks
020206	DJGFP/DFA/SA	Secção de Armazém
020300	DJGFP/DRHF	Divisão de Recursos Humanos e Formação
020301	DJGFP/DRHF/RM	Refeitório Municipal
020302	DJGFP/DRHF/SGP	Setor de Gestão de Pessoal
020303	DJGFP/DRHF/SRS	Secção de Recrutamento e Seleção
020304	DJGFP/DRHF/SSOHST	Setor de Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança no Trabalho
020305	DJGFP/DRHF/SF	Setor de Formação



020400	DJGFP/DLAEPC	Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Comparticipados
020401	DJGFP/DLAEPC/SLRB	Secção de Licenciamentos de Restauração e Bebidas
020402	DJGFP/DLAEPC/SLGI	Secção de Licenciamentos Gerais e Industriais
020403	DJGFP/DLAEPC/SPAACP	Setor de Pesquisa, Análise, Informação e de Acompanhamento e Controlo de Projetos
020404	DJGFP/DLAEPC/SNOADE	Setor Novas Oportunidades e de Apoio ao Desenvolvimento Económico
020500	DJGFP/GGPAG	Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral
020501	DJGFP/GGPAG/SPM	Setor de Património Municipal
020502	DJGFP/GGPAG/STS	Setor Técnico e de Seguros
020503	DJGFP/GGPAG/SEAL	Secção de Expediente e Apoio Logístico
020504	DJGFP/GGPAG/SAOM	Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
020505	DJGFP/GGPAG/SAMAH	Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico
030000	DGOU	Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
030001	DGOU/STJ	Setor Técnico-Jurídico
030002	DGOU/SSG	Secção de Secretaria Central
030100	DGOU/DLOP	Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
030101	DGOU/DLOP/SAEPOP	Setor de Apreciação de Estudos e Projetos de Obras Particulares
030102	DGOU/DLOP/SAOU	Setor de Apreciação de Obras de Urbanização
030103	DGOU/DLOP/SAL	Setor de Apreciação Liminar
030104	DGOU/DLOP/STA	Secção Técnica e Administrativa
030105	DGOU/DLOP/SAVO	Sector de Acompanhamento e Verificação de Obras
030200	DGOU/DRRU	Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana
030201	DGOU/DRRU/SEAEP	Setor de Elaboração e Apreciação de Estudos e Projetos das AUGI's
030202	DGOU/DRRU/SAOUA	Setor de Apreciação de Obras de Urbanização em AUGI's
030203	DGOU/DRRU/SRUAC	Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas
030204	DGOU/DRRU/STA	Secção Técnica e Administrativa
030300	DGOU/DPUPE	Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes
030301	DGOU/DPUPE/SEPUP	Setor de Estudos e Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes
030302	DGOU/DPUPE/SPURU	Setor de Parques Urbanos e Requalificação Urbanística
030303	DGOU/DPUPE/STT	Setor de Topografia e de Toponímia
030304	DGOU/DPUPE/SPDMPEE	Setor do Plano Diretor Municipal, Projetos Especiais e Energia
030305	DGOU/DPUPE/SIG	Sector de Informação Geográfica
040000	DOMHT	Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes
040001	DOMHT/SLE	Secção de Lançamento de Empreitadas
040002	DOMHT/SEP	Setor de Estudos e Projetos
040100	DOMHT/DIEM	Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais
040101	DOMHT/DIEM/SOE	Setor de Obras por Empreitada
040102	DOMHT/DIEM/SOAD	Setor de Obras por Administração Direta
040200	DOMHT/DIEU	Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos
040201	DOMHT/DIEU/SIEU	Setor de Infraestruturas e Espaços Urbanos
040202	DOMHT/DIEU/SIP	Setor de Iluminação Pública
040203	DOMHT/DIEU/SPCPM	Setor de Planeamento, Controlo e Programação da Mobilidade
040204	DOMHT/DIEU/SST	Setor de Sinalização e Trânsito
040205	DOMHT/DIEU/SOAD	Setor de Obras por Administração Direta



040300	DOMHT/DH	Divisão de Habitação
040301	DOMHT/DH/SGPH	Setor de Gestão do Parque Habitacional
040302	DOMHT/DH/SEPC	Setor de Estudos, Planeamento e Controle
040303	DOMHT/DH/SPCRH	Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação
040304	DOMHT/DH/SIHS	Setor de Intervenção na Habitação Social
040400	DOMHT/DTO	Divisão de Transportes e Oficinas
040401	DOMHT/DTO/SO	Setor de Oficinas
040402	DOMHTA/DTO/ST	Setor de Transportes
050000	DGEJCA	Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente
050100	DGEJCA/DE	Divisão de Educação
050101	DGEJCA/DE/SGC	Setor de Gestão e Controle
050102	DGEJCA/DE/SPGRE	Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa
050103	DGEJCA/DE/SASE	Setor de Ação Social Escolar
050200	DGEJCA/DISPE	Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos
050201	DGEJCA/DISPE/SPRIS	Setor de Planeamento, Rede e Intervenção Social
050202	DGEJCA/DISPE/SEA	Setor do Envelhecimento Ativo
050203	DGEJCA/DISPE/SEP	Setor Educativo e Pedagógico
050204	DGEJCA/DISPE/SISE	Setor de Intervenção e Sucesso Educativo
050300	DGEJCA/DCTPCB	Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas
050301	DGEJCA/DCTPCB/SDC	Setor de Dinamização Cultural
050302	DGEJCA/DCTPCB/ST	Setor de Turismo
050303	DGEJCA/DCTPCB/SPC	Setor de Património Cultural
050304	DGEJCA/DCTPCB/SB	Setor de Bibliotecas
050305	DGEJCA/DCTPCB/SJ	Setor de Juventude
050400	DGEJCA/DDD	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
050401	DGEJCA/DDD/SAD	Setor de Associativismo Desportivo
050402	DGEJCA/DDD/SAPPD	Setor de Avaliação, Planeamento e Projetos Desportivos
050403	DGEJCA/DDD/SID	Setor de Instalações Desportivas
050500	DGEJCA/DGA	Divisão de Gestão Ambiental
050501	DGEJCA/DGA/SEPSA	Setor de Estudos, Projetos e Sensibilização Ambiental
050502	DGEJCA/DGA/SC	Setor Cemiterial
050503	DGEJCA/DGA/SPIMA	Setor de Planeamento, Intervenção e Monitorização Ambiental
050504	DGEJCA/DGA/SCCEVJ	Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins
050505	DGEJCA/DGA/SVM	Setor de Viveiros Municipais
050506	DGEJCA/DGA/SCP	Setor de Controlo e Planeamento
050507	DGEJCA/DGA/SHU	Setor de Higiene Urbana



DESPACHO N.º 34/PRES/2017

Assunto: Nomeação do cargo de Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas - Angelina Maria Pereira

Verificando-se a necessidade em constituir o Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas **nomeio**, nos termos do artigo 42.º, n.º1 alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro diploma que aprova o regime jurídico das autarquias locais **Angelina Maria Pereira**, para o cargo de **Chefe de Gabinete**.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 35/PRES/2017

Assunto: Nomeação do cargo de Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas - Nuno Filipe de Sousa Abrantes Gomes

Verificando-se a necessidade em constituir o Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas **nomeio**, nos termos do artigo 42.º, n.º1 alínea c) e n.º 5, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro diploma que aprova o regime jurídico das autarquias locais **Nuno Filipe de Sousa Abrantes Gomes**, para o cargo de **Adjunto**.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 36/PRES/2017

Assunto: Nomeação do cargo de Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas - Dinis Manuel Rodrigues dos Santos Guerreiro

Verificando-se a necessidade em constituir o Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas **nomeio**, nos termos do artigo 42.º, n.º1 alínea c) e n.º 5, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro diploma que aprova o regime jurídico das autarquias locais **Dinis Manuel Rodrigues dos Santos Guerreiro**, para o cargo de **Adjunto**.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 37/PRES/2017

Assunto: Nomeação do cargo de Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas - Isabel Vinagreiro da Silva

Verificando-se a necessidade em constituir o Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Odivelas **nomeio**, nos termos do artigo 42.º, n.º1 alínea c) e n.º 5, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro diploma que aprova o regime jurídico das autarquias locais **Isabel Vinagreiro da Silva**, para o cargo de **Secretária**.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 26 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 38/PRES/2017

Assunto: Vereadores em Regime de Permanência e a Tempo inteiro.

Na sequência do ato eleitoral ocorrido no pretérito dia 1 de outubro de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação que estabelece o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, assim como as respetivas competências, e atendendo à deliberação da **Câmara Municipal, de 30 de outubro de 2017, que fixou em 5 (cinco) o número de vereadores em regime de permanência e a tempo inteiro**, designo os seguintes Vereadores da Câmara Municipal de Odivelas, em regime de permanência e a tempo inteiro:

Senhor Vereador Edgar Luís Simões Valles;
Senhora Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos;
Senhor Vereador Paulo César Prata Teixeira;
Senhor Vereador João Paulo da Cruz António;
Senhora Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho.



O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

Odivelas, 30 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 39/PRES/2017

Assunto: Designação de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Considerando que:

- a) É necessário designar um membro do Executivo Municipal para assumir a qualidade de substituto legal do Presidente da Câmara Municipal;
- b) Constitui competência do Presidente da Câmara Municipal, designar o seu substituto legal.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos artigos 56.º, n.º 1 e 57.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, **designo como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas**, o Senhor Vereador **Edgar Luís Simões Valles**, a quem, para além das funções que lhe estão distribuídas, cabe substituir-me nas minhas faltas e impedimentos, no exercício das minhas competências próprias e ainda nas que me foram delegadas ou venham a ser pela Câmara Municipal.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 40/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Edgar Luís Simões Valles

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;
2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal, e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;
3. Os presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL);
4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções.

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º aprovado em anexo pelo CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada em 30 de outubro de 2017, com faculdade de subdelegar, no Senhor Vereador **EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES**.

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO JURIDICO E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL



**1.1. DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL
(COM EXCLUSÃO DO SETOR DE CONTRATOS PÚBLICOS)**

- a) Instruir os processos de contraordenação, nos termos da lei, quando essa competência caiba aos órgãos do Município, em resultado de ações de fiscalização municipal, de participação policial ou particular, bem como assegurar o seu acompanhamento em juízo em caso de recurso;
- b) A preparação dos procedimentos ou decisões no âmbito da justiça fiscal que por lei corram pelos Municípios, bem como determinar a cobrança coerciva de dívidas que sigam este processo;
- c) A responsabilidade pelas execuções fiscais será atribuída a um responsável da Divisão Jurídica, a nomear pelo Presidente da Câmara Municipal;
- d) Velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições, participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;
- e) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;
- f) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;
- g) Informar o serviço de contraordenações do Município sobre o que estes reputem útil para a decisão em sede dos respetivos procedimentos e de que a Divisão disponha, relativamente à evolução dos procedimentos que nela corram os seus termos;
- h) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências da Divisão;
- i) Assegurar a remoção de viaturas abandonadas e proceder à tramitação administrativa e destino final das mesmas, bem como desencadear, nos termos do disposto no Código da Estrada e nos Regulamentos Municipais as ações necessárias ao bloqueamento e remoção de veículos que se encontrem em estacionamento abusivo, indevido ou em transgressão, lavrar os respetivos Autos de Notícia, bem como proceder às intimações e notificações nos termos do previsto no Código da Estrada;
- j) Participar e contribuir para a elaboração de estratégias com vista à elaboração do mapa de ruído concelhio;
- k) Proceder à fiscalização do ruído produzido por atividades ruidosas permanentes de licenciamento municipal, intervindo preventivamente, através da emissão

de pareceres, no âmbito dos processos de licenciamento das referidas atividades;

- l) Emitir pareceres e relatórios técnicos no âmbito do licenciamento de atividades ruidosas temporárias;
- m) Contribuir para a elaboração de planos de ação, incluindo planos de redução de ruído;
- n) Detetar e promover o embargo e participação da prática de ilícitos contraordenacionais das operações urbanísticas que, estando sujeitas a licenciamento ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento, com vista às correspondentes cominações;
- o) Proceder à apreciação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica, respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;
- p) Proceder à Gestão e Exploração do Estacionamento público tarifado;
- q) Prestar informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo seu Presidente;
- r) Dar parecer sobre as reclamações ou recursos gratuitos bem como sobre petições ou exposições sobre atos e/ou omissões dos órgãos municipais ou procedimentos dos serviços;
- s) Intervir e instruir em matéria jurídica os processos gratuitos;
- t) Encarregar-se dos inquéritos a que houver lugar por determinação da entidade competente;
- u) Apoiar a intervenção da Câmara Municipal na participação, a que esta for chamada, em processos legislativos e regulamentares;
- v) Assegurar o patrocínio jurídico das ações propostas pela Câmara Municipal ou contra ela, e garantir todo o apoio se o patrocínio for assegurado por mandatário externo;
- w) Executar, através do Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas (LACMO), medições de ruído por solicitação dos seus serviços ou de entidades externas nacionais ou internacionais.

**1.2. GABINETE DE GESTÃO PATRIMONIAL E
ADMINISTRAÇÃO GERAL (COM EXCLUSÃO DA SECÇÃO
DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS)**

1.2.1. No âmbito do património imóvel municipal



- a) Organizar e manter atualizado o cadastro e inventário dos bens imóveis do Município e promover todos os registos relativos aos mesmos;
- b) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à gestão do património imóvel, apoiando as negociações a efetuar e assegurar os procedimentos necessários à aquisição, oneração e alienação de bens imóveis;
- c) Assegurar as ações e procedimentos relativos a processos de expropriação, bem como instruir e acompanhar os processos de declaração de utilidade pública;
- d) Assegurar os procedimentos administrativos e a permanente atualização dos registos dos bens imóveis, bem como os procedimentos relativos à cedência, alienação ou aquisição dos referidos bens, excluindo os fogos municipais de habitação;
- e) Colaborar na preparação de Contratos e protocolos de transferência de património para a gestão de empresas municipais e controlar o respetivo cumprimento;
- f) Controlar o cumprimento, pelas partes envolvidas, de todos os Contratos, Acordos e Protocolos com incidência patrimonial celebrados pelo Município;
- g) Manter o chaveiro central das instalações municipais, promover e controlar os respetivos contratos de fornecimento de água e energia, e colaborar no estabelecimento de sistemas de guarda e segurança das instalações municipais;
- h) Projetar a requalificação da Quinta das Águas Férreas.

1.2.2. No âmbito do património móvel

- a) Manter atualizado o inventário valorizado do património móvel existente e a sua afetação aos diversos serviços;
- b) Estabelecer e fiscalizar o sistema de responsabilização sectorial pelos bens patrimoniais afetos a cada serviço;
- c) Estabelecer os critérios de amortização de património afeto aos serviços, na perspetiva de imputação de custos a cada unidade orgânica;
- d) Assegurar a conservação e manutenção dos bens patrimoniais móveis do Município, salvo os que, pela sua especificidade, se encontram sob a responsabilidade de outros serviços;
- e) Manter registos que permitam a avaliação das condições económicas e de segurança de utilização de equipamentos e propor as medidas adequadas no sentido de economia, de segurança dos operadores e do aumento da produtividade;

- f) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando deteriorados ou inúteis;

- g) Assegurar a gestão da carteira de seguros à exceção dos seguros de pessoal e de proteção civil.

1.2.3. No âmbito da administração administrativa

- a) Assegurar o expediente, nomeadamente, as funções de distribuição e expedição de correspondência, a divulgação pelos serviços de ordens e diretivas internas, dos regulamentos emitidos pelos órgãos municipais competentes, bem como a organização do expediente e apoio administrativo necessários aos processos de recenseamento militar e eleitorais;
- b) Assegurar o arquivo, procedendo ao registo e arquivamento dos documentos entrados no Município, bem como à microfilmagem dos mesmos e ainda garantir um arquivo documental técnico e administrativo para consulta dos diferentes serviços;
- c) Garantir a coordenação dos serviços de portaria, auxiliares e telefonistas;
- d) Assegurar o funcionamento do Arquivo Municipal, contemplando as vertentes de Arquivo Corrente, Intermédio e Histórico, promovendo a avaliação, descrição e seleção dos documentos, bem como proceder à microfilmagem e/ou digitalização da documentação;
- e) Garantir a disponibilização para consulta da documentação em depósito aos diferentes serviços e/ou cidadãos interessados.

2. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCATIVA, JUVENTUDE, CULTURA E AMBIENTE

2.1. DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL E BIBLIOTECAS (COM EXCLUSÃO DO SETOR DO TURISMO E SETOR DE JUVENTUDE)

- a) Promover projetos e programas para a criação de infraestruturas/equipamentos culturais, bem como, assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Centro de Exposições;
- b) Despertar e desenvolver, junto da comunidade em geral, o gosto pelas diversas formas de manifestação artística;
- c) Colaborar e dar apoio próximo às organizações associativas e a outras estruturas da comunidade, com vista à concretização de projetos e programas culturais;
- d) Promover e incentivar o desenvolvimento dos recursos locais no sentido do enriquecimento e preservação do



Património Artístico, Histórico, Arquitetónico e Arqueológico existente no Concelho;

e) Incentivar a investigação e a elaboração de estudos de suporte e enriquecimento da cultura local;

f) Promover projetos e ações de formação/sensibilização, que contribuam para o aumento dos níveis de literacia da população do concelho, e para o reforço das competências de utilização da língua materna;

g) Disponibilizar livros e recursos documentais diversos, que contribuam para formar pensadores críticos, e utilizadores efetivos da informação, em todos os suportes e meios de comunicação;

h) Promover diversas atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura;

i) Dinamizar serviços inovadores e especiais, contribuindo para a descentralização do acesso à informação;

j) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;

k) Assegurar a gestão e a máxima rentabilização do Centro Cultural da Malaposta, através de uma adequada programação de atividades em articulação com agentes culturais e demais entidades e movimento associativo, otimizando a mesma, nomeadamente através de protocolos.

2.2. DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

a) Realizar inquéritos, estudos e ensaios de campo para avaliação das condições de qualidade de vida no Município de Odivelas;

b) Estudar, planear, acompanhar e gerir linhas de água e rede hidrográfica, em colaboração com as entidades oficiais competentes;

c) Promover ações necessárias com vista à obtenção de um adequado ambiente urbano, que assegurem a qualidade de vida com referência às novas temáticas ambientais;

d) Contribuir, no âmbito das suas competências, para o controlo da poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica;

e) Proceder à limpeza e desassoreamento sistemático das linhas de água, designadamente das ribeiras;

f) Colaborar na avaliação do impacto ambiental de projetos, planos, empreendimentos e outros, sejam municipais e/ou intermunicipais que, pela natureza ou

dimensão, venham a influenciar, direta ou indiretamente, a qualidade de vida dos munícipes;

g) Colaborar na apreciação de projetos de sistemas de pré-tratamento e tratamento de efluentes líquidos e sólidos de estabelecimentos industriais, com o objetivo de assegurar a defesa dos meios recetores e o cumprimento da legislação em vigor;

h) Propor medidas de controlo de qualidade do ar;

i) Proceder à gestão ambiental do Parque de Deposição Temporário de Veículos em Fim de Vida;

j) Elaborar o Relatório sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal, os Mapas de Ruído e os Planos de Redução de Ruído no Município, em colaboração com o LACMO;

k) Colaborar na definição das medidas de proteção do património cultural do Concelho, nomeadamente as zonas de especial interesse ecológico e reserva ecológica;

l) Estudar e planear formas de intervenção no tecido urbano, com o objetivo de acautelar a imagem urbana e a qualidade de vida;

m) Planear e implementar ações que visem uma gestão racional da energia, numa perspetiva de conservação e aumento da qualidade de vida;

n) Fomentar a elaboração de normas de isolamento térmico e/ou acústico das novas construções, bem como do melhoramento das já existentes;

o) Executar e participar na elaboração ou acompanhamento de estudos de caracterização da qualidade do ambiente no Concelho;

p) Colaborar na análise de propostas para a realização de contratos ou acordos de cooperação com outros organismos e instituições relacionadas com o ambiente, através da participação em reuniões e elaboração de pareceres técnicos sobre o tema;

q) Conceber meios e promover medidas de proteção do Ambiente e Saúde Pública, com vista à salvaguarda da qualidade de vida dos cidadãos e da prevenção de situações nefastas ao Ambiente;

r) Promover ações integradas conducentes à melhoria da qualidade das águas e medidas de prevenção à poluição das mesmas;

s) Promover ações e campanhas de educação e sensibilização ambiental, em parceria e junto dos munícipes, das instituições locais e dos organismos oficiais;



- t) Estimular a utilização racional de fontes de energia renováveis;
- u) Gerir o Centro Ecológico de Odivelas;
- v) Gerir o Cemitério Municipal;
- w) Informar sobre o interesse público municipal na preservação de áreas cobertas de vegetação, ainda que privadas, em função do seu valor natural ou da sua localização, em colaboração com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;
- x) Gerir a estratégia de espaços verdes do Concelho, no âmbito da estrutura verde definida em sede de Plano Diretor Municipal e demais planos aprovados;
- y) Propor e executar os projetos de implantação de zonas verdes e zelar pela manutenção dos espaços verdes de uso público de enquadramento urbano, designadamente de lazer, prática desportiva, cemitério e afins;
- z) Gerir o património arbóreo, em meio urbano ou florestal, e as manchas de vegetação espontânea;
- aa) Recuperar, conservar e salvaguardar os recursos hídricos e geri-los, no que respeita aos consumos para rega de espaços verdes e limpeza urbana;
- bb) Colaborar com o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico na elaboração de regulamentos municipais para a definição dos critérios técnicos a que deverão obedecer os projetos de loteamento particulares, no que respeita à criação e às condições de manutenção de espaços verdes e, na falta daqueles regulamentos, colaborar na apreciação desses projetos;
- cc) Proceder à fiscalização e acompanhamento das obras de infraestruturas gerais de intervenção urbana, na área respeitante aos espaços verdes, em articulação com outros serviços municipais;
- dd) Participar na gestão do património cultural, no que respeita aos jardins históricos, parques temáticos, quintas e espaços similares;
- ee) Colaborar na elaboração de planos gerais e de pormenor de arborização;
- ff) Gestão e manutenção do Viveiro Municipal, garantindo a continuidade das espécies da região e adquirindo as que não sejam possível ou aconselhável ali produzir, e respetivo fornecimento das espécies vegetais requeridas pelos serviços e organizações;
- gg) Executar os projetos de implantação de zonas verdes.
- hh) Acompanhamento e fiscalização das construções dos novos espaços verdes executados pela Divisão ou adjudicadas ao exterior;
- ii) Dar parecer sobre os arranjos de espaços verdes em novas urbanizações;
- jj) Planear a conservação de todos os espaços verdes;
- kk) Assegurar a manutenção preventiva dos espaços verdes, impedindo a disseminação de espécies parasitas;
- ll) Acompanhar projetos de investigação científica no domínio florestal, em articulação com as instituições de ensino superior e com as estruturas representativas do sector;
- mm) Estudar, executar e avaliar os programas e medidas de Política Ambiental, de Saúde Pública e Saúde Ambiental, e referentes aos Espaços Públicos Municipais, de acordo com as orientações dos órgãos autárquicos;
- nn) Colaborar com as autoridades de Saúde Pública e coordenar a intervenção sanitária em espaços municipais;
- oo) Promover ações de desinfestação e de controlo de pragas urbanas, mantendo-as em valores que não venham a perigar a Saúde Pública;
- pp) Coordenar o sistema permanente de controlo do estado de higiene de ruas, espaços verdes ou qualquer outro espaço de uso público, cuja manutenção não se encontre delegada nas Juntas de Freguesia, através do serviço de varredura e lavagem;
- qq) Participar na definição de critérios técnicos e de medidas de sustentabilidade ambiental a cumprir na edificação e urbanização, bem como a respeitante aos requisitos de Higiene Pública e de Gestão dos Resíduos Sólidos;
- rr) Intervir em situações de degradação ambiental;
- ss) Assegurar o serviço de limpeza urbana, desmatação e recolha de entulhos e outros materiais;
- tt) Acompanhar e apoiar as atividades de limpeza urbana descentralizadas nas Juntas de Freguesia;
- uu) Coordenar em permanência o sistema de controlo do estado de higiene e de salubridade dos espaços públicos;
- vv) Emitir parecer sobre a construção ou a localização de instalações destinadas à deposição de resíduos, no âmbito de operações urbanísticas ou de obras públicas, em articulação com as unidades orgânicas competentes;
- ww) Elaborar diagnósticos de situação sobre a prestação de serviços na sua área de competência, definindo, em



cada momento, o grau de cobertura geográfica de cada serviço prestado e o seu grau de atendimento quantitativo e qualitativo;

xx) Promover a atualização sistemática dos cadastros;

yy) Proceder à elaboração de estudos e projetos de especialidade, no âmbito das suas atribuições, na área do Município;

zz) Planificar ações intermunicipais, na área da limpeza urbana e resíduos sólidos;

aaa) Colaborar, quando for caso disso, na apreciação de estudos prévios de loteamentos, no âmbito das suas atribuições;

bbb) Promover e desenvolver estratégias integradas de exploração do sistema de resíduos sólidos, com o objetivo de minimizar os resíduos;

ccc) Fomentar a adequada gestão de resíduos sólidos nas unidades industriais e comerciais, como objetivo de efetuar a recolha seletiva;

ddd) Planear ações relativas à área da limpeza urbana, de forma a otimizar recursos humanos e equipamentos;

eee) Recolher e sistematizar elementos sobre a localização de zonas de produção de resíduos, nomeadamente, zonas comerciais, industriais e residenciais ou mistas, bem como zonas que incluam grandes centros produtores de resíduos – mercados, feiras e outros;

fff) Realizar inquéritos e estudos para avaliação das condições de qualidade de vida no Concelho.

3. GABINETE DE SAÚDE, IGUALDADE E CIDADANIA

a) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Saúde, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições neste domínio, tendo em vista contribuir para a melhoria das condições de saúde da população que reside, trabalha e estuda no concelho através da implementação de programas e projetos de educação para a saúde, dirigidos aos diferentes estratos populacionais e grupos profissionais;

b) Promover a igualdade no acesso aos cuidados primários da saúde, participando no planeamento, conceção e acompanhamento da construção de equipamentos de saúde no concelho de Odivelas;

c) Participar na definição de políticas e de ações de saúde pública levadas a cabo pelas delegações de saúde concelhias;

d) Participar, nos termos da lei, nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados e de acompanhamento/avaliação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);

e) Operacionalizar ações e atividades com ênfase na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença, promovendo o envolvimento dos diferentes sectores do concelho de Odivelas numa participação mais ativa em defesa da saúde da população que reside, trabalha e estuda neste território;

f) Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, em articulação com as estruturas e as entidades com responsabilidades na área da promoção e educação para a saúde;

g) Assegurar a implementação do Plano Estratégico Concelhio de Prevenção das Toxicodependências (PECPT) no concelho de Odivelas, assegurando as funções de gestão e coordenação da rede de parceria constituída neste âmbito e promovendo/apoiando a realização de ações, projetos e programas de intervenção enquadrados na área da Prevenção das Toxicodependências e Outros Comportamentos de Risco;

h) Instituir e assinalar anualmente o Dia Municipal da Prevenção das (Toxico) dependências e Outros Comportamentos de Risco;

i) Conceber, implementar e gerir o Plano Municipal para as Doenças Infeciosas (PMDI) no concelho de Odivelas, em articulação com as estruturas locais, regionais, intermunicipais, nacionais e internacionais que desenvolvam trabalho nesta matéria, assegurando as funções de coordenação do grupo técnico constituído;

j) Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Promoção de Sexualidade Saudável (PMPSS);

k) Implementar e gerir o Programa Saúde Sénior “Saber Envelhecer para Melhor Viver”;

l) Implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção das Doenças Oncológicas (PMPDO);

m) Implementar e gerir o Programa de Alimentação Saudável em Odivelas (PASO);

n) Conceber, implementar e gerir o Programa Municipal de Prevenção da Saúde Mental (PMPSM);

o) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde, incluindo a Área da Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança dos/as trabalhadores/as municipais através da realização de



campanhas/ações de sensibilização ou formação em contexto laboral;

p) Promover ações de rastreio na população do concelho de Odivelas, através de parcerias e protocolos com instituições públicas ou privadas em áreas diversas no âmbito da prevenção da doença;

q) Promover a formação/informação no âmbito da educação para a saúde junto dos diferentes estratos populacionais da comunidade;

r) Elaborar documento com a identificação dos equipamentos e serviços de saúde do Concelho, e respetivos recursos, em colaboração com as entidades que os gerem;

s) Criar e manter em funcionamento um espaço dedicado à saúde, no âmbito do qual se pretende assegurar a vigilância do estado de saúde da população autóctone e estrangeira do concelho de Odivelas nas diversas áreas de promoção e educação para a saúde;

t) Promover os compromissos expressos na Carta Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres na vida local;

u) Assegurar a participação nos grupos de trabalho das autarquias e da igualdade de género da Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT);

v) Instituir e assinalar o Dia Municipal da Igualdade e Cidadania;

w) Acompanhar a execução das medidas de política local na perspetiva da igualdade de género, cidadania e não – discriminação, promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral e conceber programas/projetos/ações conducentes à promoção da igualdade de género, em colaboração com outras entidades de âmbito local, regional, intermunicipal, nacional e/ou internacional;

x) Sensibilizar para a utilização da linguagem e imagens inclusivas em todos os processos de comunicação interna e externa do Município;

y) Promover e gerir o Protocolo de Cooperação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis do Concelho de Odivelas;

z) Assegurar a execução do Protocolo de Cooperação celebrada com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

aa) Contribuir para a definição de políticas de prevenção e de combate a todas as formas de violência, conceber programas/projetos/ações em colaboração com outras entidades e acompanhar a execução das medidas de

política local na prevenção de todas as formas de violência e de tráfico de seres humanos e promover formação dirigida aos/às trabalhadores/as, agentes da comunidade e população em geral;

bb) Participar nas atividades/ações promovidas pela Rede de Municípios Amigos da Diversidade (RMAD);

cc) Implementar projetos e atividades que promovam a integração, o respeito pela diversidade cultural e religiosa, a mediação e a educação interculturais, os direitos das minorias étnicas, das pessoas refugiadas e da população imigrante, divulgar junto da população imigrante as ações de formação em competências básicas e língua portuguesa lecionadas gratuitamente pelas escolas parceiras da autarquia e promover o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa;

dd) Intervenção e acompanhamento de imigrantes em situação irregular e/ou situação de vulnerabilidade social e encaminhamento para as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais mais adequadas;

ee) Assegurar a coordenação do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) da Loja do Cidadão e a itinerância do CLAII pela Vertente Sul, pelas unidades territoriais e/ou estabelecimentos de ensino do concelho;

ff) Dinamizar áreas de investigação através da elaboração e/ou participação em estudos enquadrados nas áreas de intervenção desta unidade orgânica, que se prendem com a Promoção da Saúde e Cidadania, e que contribuam para o retrato do concelho de Odivelas, em colaboração com diferentes agentes e entidades da comunidade com competência nestas matérias, incluindo instâncias de ensino superior, por via do Núcleo de Investigação e Diagnóstico (NID) constituído por elementos do GSIC;

gg) Implementar protocolos de cooperação com entidades públicas e/ou privadas, no âmbito das áreas de intervenção desta unidade orgânica;

hh) Promover e articular atividades conjuntas com as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades no âmbito das competências desta unidade orgânica no concelho de Odivelas e procurar apoiá-las a nível logístico.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob sua superintendência;



2. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município;

3. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

4. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros);

5. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

6. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

7. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56.º do citado diploma;

8. A competência prevista na alínea a) do n.º 2 artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

9. A competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para modificar ou revogar os

atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

10. A competência prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do Município e à sua conservação;

11. A competência prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para proceder aos registos prediais do património imobiliário do Município, bem como a registos de qualquer outra natureza;

12. A competência prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;

13. A competência prevista na alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

14. A competência prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar as coimas;

15. A competência prevista na alínea p) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do Município para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;

16. A competência prevista no n.º 10 do artigo 98.º do **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (doravante RJUE) na redação atual, para determinar a instauração dos processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar as coimas;

17. A competência prevista no n.º 1 do artigo 102.º-B do **RJUE**, no que concerne ao embargo de obras sem procedimento de âmbito urbanístico;

18. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do **RJUE**, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, sem existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator;

19. A competência prevista no n.º 2 do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na redação atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem, no que respeita à determinação da instauração dos processos de contraordenação, para designar instrutor e para aplicar coimas;



20. As competências previstas no artigo 10.º da **Lei n.º 97/88, de 17 de agosto**, na redação atual, que aprova afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;

21. A competência prevista no n.º 5 do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio**, na redação atual, no que respeita à aplicação de coimas e de sanções acessórias relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, entre outros;

22. A competência prevista na segunda parte do n.º 2 do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, no que diz respeito à aplicação de coimas no âmbito da atividade de transporte em táxi;

23. A competência prevista no artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro**, na redação atual, para a instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias, no âmbito do Regime Jurídico da Remoção, Transporte, Inumação, Exumação, Transladação e Cremação de Cadáveres;

24. A competência prevista no n.º 1 do artigo 5.º, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do **Decreto-Lei n.º 87/99, de 19 de março**, para a instrução dos processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias, no âmbito da angariação de receitas para fins de beneficência;

25. A competência prevista no artigo 88.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, atento o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, que o aprova, para promover a extração e assinatura das certidões de dívida referentes à cobrança coerciva de taxas devidas, no âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, ou de outras receitas municipais, suscetíveis de cobrança em sede de execução fiscal, que não sejam pagas pelos respetivos sujeitos passivos nos prazos legais ou regularmente estabelecidos;

26. As competências previstas na segunda parte do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, para a aplicação das coimas e das sanções acessórias;

27. A competência prevista no n.º 3 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º do **Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na redação atual, diploma que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;

28. As competências previstas no **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, nomeadamente a prevista no n.º 2 do artigo 50.º, relativamente à decisão de instauração de processos de contraordenação e à aplicação de coimas e das sanções acessórias, não sendo subdelegáveis as competências de aplicação de coimas e sanções acessórias;

29. As competências previstas no artigo 14.º do **Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**, na redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, na redação atual, no que concerne à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias;

30. A competência prevista no n.º 5 do artigo 14.º do **Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro**, para a instauração de processos de contraordenação, designar instrutor e aplicar coimas, no âmbito da instalação e funcionamento das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios;

31. A competência prevista no n.º 1 do artigo 19.º do **Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de dezembro**, no que concerne à aplicação de coimas por violação das normas aplicáveis à identificação de cães e gatos;

32. A competência prevista no n.º 6 do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto**, que aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração, para aplicação de coimas;

33. As competências previstas nos artigos 59.º e 60.º do **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, relativamente à instrução de processos de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias ainda no âmbito do Regime de Exercício da Atividade Industrial (REAI), quando aplicável o regime anteriormente vigente;

34. A competência prevista no n.º 3 do artigo 26.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

35. As competências previstas na segunda parte do n.º 4 do artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, na redação atual, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”;

36. As competências previstas na segunda parte do n.º 2 do artigo 77.º do **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto**, o qual aprovou o Sistema de Indústria Responsável e regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de



entidades no âmbito deste Sistema, no que concerne às áreas sob a sua superintendência;

37. As competências previstas no artigo 7.º, na segunda parte do n.º 1 do artigo 8.º, e nos artigos 11.º e 12.º da **Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestrutura;

38. A competência prevista no n.º 2 do artigo 146.º do **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprovou o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, para aplicação de respetivas coimas e sanções acessórias;

39. O poder conferido através do n.º 1 do artigo 37.º da **Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade de Guarda-Noturno, relativo ao processo contraordenacional;

40. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista na legislação em vigor, sem a faculdade de subdelegar no que concerne à aplicação das coimas e sanções acessórias;

41. As competências previstas no n.º 2 do artigo 15.º do **Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;

2. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG;

3. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I ao **RJAL**, para alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução

das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções;

4. A competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;

5. A competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;

6. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

7. A competência prevista na alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para alienar bens móveis;

8. A competência prevista na alínea kk) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para declarar prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

9. A competência prevista na alínea nn) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

10. A competência prevista na alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para administrar o domínio público municipal;

11. A competência prevista na alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;

12. A competência prevista na alínea uu) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do **RJAL**, para decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município;



13. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do anexo I do **RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

14. As competências previstas na primeira parte do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;

15. As competências previstas no n.º 1 do artigo 25.º, primeira parte do artigo 27.º do **Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;

16. As competências previstas no n.º 1 do artigo 23.º do **Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos;

17. As competências previstas no n.º 1 do artigo 50.º do **Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

18. A competência prevista no n.º 4 do artigo 21.º e alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da **Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro**, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos;

19. As competências previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º da **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro**, relativa à lei da água;

20. As competências previstas no n.º 4 do artigo 10.º, nos artigos 14.º, 15.º, 16.º, 21.º, 24.º, 37.º, no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 40.º do **Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho**, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, na redação atual;

21. A competência prevista na alínea a) n.º 1 do artigo 4.º e todas as competências com ela conexada, do **Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**, na redação atual, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente;

22. A competência previstas no artigo 66.º, no artigo 68.º e n.º 1 do artigo 70.º do **Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na sua redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;

23. As competências previstas no n.º 2 do artigo 5.º, nos artigos 7.º, 26.º, 27.º, 29.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;

24. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 126.º do **Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto**, na sua redação atual, que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;

25. A competência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º, no artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º do **Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD);

26. As competências previstas na alínea c) do artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 45.º do **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;

27. As competências previstas no artigo 59.º do **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial – REAI, nos casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora, disposições aplicáveis por força da norma transitória contida no artigo 9.º do **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março**, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR), bem como as competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do **SIR**, e ainda, nos demais casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora no âmbito do SIR;

28. As competências previstas no n.º 2 do artigo 30.º, no n.º 2 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 34.º do **Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio**, na sua redação atual, que estabelece o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;

29. As competências previstas no artigo 28.º do **Decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, o qual estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

30. As competências previstas no nos artigos 25.º, 26.º e no n.º 4 do artigo 28.º do **Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;



31. As competências previstas na primeira parte do n.º 1 do artigo 8.º da **Lei n.º 61/2013, de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;

32. As competências previstas na alínea a) do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro**, o qual estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

33. As competências previstas no n.º 1 do artigo 146.º do **Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;

34. As competências previstas no n.º 2 do artigo 37.º da **Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;

35. A competência conferida no n.º 1 do artigo 158.º do **Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo ao pagamento em prestações, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

36. A competência para a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas e sanções acessórias prevista em legislação e regulamentação em vigor;

37. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, que me foram delegadas, nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 41/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;

2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;

3. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);

4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;



I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada nesta data, com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, na Senhora Vereadora ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCATIVA, JUVENTUDE, CULTURA E AMBIENTE, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL E BIBLIOTECAS, DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

- DIVISÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL E PROJETOS EDUCATIVOS:

- a) Assegurar a participação do Município nas ações levadas a cabo pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, dentro de um contexto mais vasto da implementação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras no Concelho;
- b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município, no Conselho Geral, órgão de direção estratégica, dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas, promovendo o desenvolvimento e consolidação da autonomia das escolas;
- c) Promover e acompanhar todas as situações e ações em matéria de Educação, num quadro de articulação e parceria com as diferentes entidades com intervenção e atribuições nesta área;
- d) Contribuir para a melhoria qualitativa da Educação, através da implementação de programas, projetos e ações de formação e sensibilização no âmbito da prevenção e segurança, nomeadamente no domínio da educação rodoviária, destinados aos diferentes níveis de ensino;
- e) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores, no âmbito da educação extracurricular, promovendo e dinamizando programas, projetos e ações complementares de ação educativa, com vista ao

desenvolvimento pessoal, social, e cultural das crianças e jovens;

f) Promover a sensibilização de crianças, jovens, famílias e comunidade, no âmbito da educação para a saúde, nomeadamente no domínio da alimentação saudável, através da gestão e implementação de programas, projetos e ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis;

g) Gestão e dinamização do Programa de Educação Física e Desportiva na Escola em colaboração com a Comunidade Educativa e com as entidades diretamente relacionadas, na promoção de projetos de desenvolvimento físico-motor nos estabelecimentos educativos e em ações de divulgação lúdico e desportiva junto da comunidade educativa;

h) Promover ações conducentes à difusão massiva das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo educativo;

i) Promover e apoiar programas e projetos de Educação Inclusiva, adequados às crianças e jovens com necessidades educativas especiais a frequentarem estabelecimentos de ensino do concelho;

j) Coordenar, monitorizar e programar as atividades a desenvolver, que visa a reabilitação física e a integração social de alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente no âmbito do Projeto de Hipoterapia;

k) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas;

l) Apoiar planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar, em articulação com as unidades orgânicas competentes;

m) Promover em articulação com instituições, entidades da sociedade civil e comunidade educativa local, projetos e ações de formação/informação de complementaridade educativa, dirigidos aos alunos dos diferentes níveis de ensino, no âmbito da promoção da educação para a cidadania;

n) Promover o contacto com o mundo rural, a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente, nomeadamente através da gestão do Programa Do Urbano ao Rural;

o) Prosseguir o apoio às crianças e suas famílias, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão OdiKid's;



- p) Colaborar com a Comunidade Educativa em Projetos e iniciativas que potenciem a função sócio – educativa da Escola, a promoção da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono escolar precoce e à exclusão social;
- q) Dinamizar áreas de investigação/ação, mediante elaboração de estudos promovidos pelo Observatório da Qualidade e Sucesso Educativo no Município de Odivelas, em parceria com estabelecimentos de ensino públicos e privados, entidades sem fins lucrativos, universidades e tecido social, cultural e económico local;
- r) Apoiar as escolas, nomeadamente os serviços de apoio à aprendizagem, ao nível da articulação com a rede local, designadamente centros de saúde, hospitais, segurança social, CPCJ e outros que proporcionem respostas complementares às necessidades dos alunos e suas famílias;
- s) Proceder à avaliação diagnóstica dos alunos com fatores de risco escolar, emocional, social e vocacional, geradores de insucesso e abandono escolar e elaborar planos de intervenção, acompanhamento e encaminhamento dos mesmos;
- t) Promover e desenvolver competências parentais junto dos pais e encarregados de educação, através de intervenções individuais e/ou em grupo, tendo em vista uma participação ativa destes no processo educativo e consequente melhoria do rendimento escolar dos seus educandos;
- u) Identificar problemáticas e necessidades específicas em conjunto com a comunidade educativa, visando respostas mais qualificantes e inovadoras, estabelecendo interação com os domínios científico-pedagógicos na área da educação, através promoção e desenvolvimento de ações de formação, espaços de debate e de intercâmbio de experiências educativas, direcionados a toda a comunidade escolar, abordando problemáticas, como a indisciplina, a gestão de conflitos, o bullying, a gestão comportamental, o insucesso escolar, o abandono precoce da escola e métodos de estudo;
- v) Fomentar a articulação entre os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e solidária, com vista à complementaridade e sustentabilidade das ofertas educativas e formativas;
- w) Promover e apoiar iniciativas dos Agentes Educativos Locais, conducentes ao desenvolvimento da ligação da Escola à Formação e Inserção Profissional e cooperar com outros serviços, organismos e entidades, públicas e privadas, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional, bem como da ligação da escola ao tecido económico e empresarial local;
- x) Promover medidas de reconhecimento de boas práticas sociopedagógicas desenvolvidas pelos estabelecimentos de educação e ensino e, valorizar o sucesso educativo dos alunos, mediante a atribuição de prémios de reconhecimento e mérito;
- y) Apoiar a conceção e implementação de estratégias, programas e iniciativas de intervenção precoce, com vista à prevenção de comportamentos de risco;
- z) Definir políticas, estratégias e iniciativas de qualificação dos tempos livres dos munícipes, numa ótica de desenvolvimento social e de prevenção de situações de risco, potenciando e articulando as dimensões psíquico-emocional, familiar, social e cultural;
- aa) Criar condições para a implementação da educação formal e não formal ao longo da vida, em domínios como as línguas e literacia digital, entre outros, através da realização de parcerias com estabelecimentos de ensino e outras entidades e do apoio à dinamização da Universidade Sénior de Odivelas;
- bb) Elaborar e manter atualizada a carta social de equipamentos e serviços como instrumento de planeamento da intervenção municipal na área da Ação social;
- cc) Operacionalizar o Programa da Rede Social no Concelho e assegurar o respetivo acompanhamento técnico e administrativo, tendo em vista o cumprimento dos princípios e objetivos deste programa;
- dd) Participar na conceção, elaboração e monitorização do Diagnóstico Social;
- ee) Promover uma plataforma de participação de entidades públicas, privadas e de solidariedade, dinamizando e apoiando a criação e funcionamento de parcerias locais;
- ff) Promover e dinamizar o atendimento social aos munícipes com vista a uma intervenção integrada no âmbito das várias problemáticas sociais;
- gg) Assegurar a participação e integração do Município em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, comissões de acompanhamento, conselhos consultivos ou qualquer outra estrutura que permita captar recursos para a intervenção social;
- hh) Promover a qualidade de vida, inclusão e participação na sociedade civil das pessoas idosas de acordo com os princípios da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas;
- ii) Promover a construção e gestão de equipamentos sociais em parceria com as entidades sociais;



jj) Assegurar e dinamizar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

kk) Assegurar e dinamizar respostas sociais solidárias complementares à intervenção e emergência na área social, nomeadamente a “Loja Social”;

ll) Promover políticas/projetos/iniciativas e apoiar programas integrados de ação social, em parceria com as entidades sociais, visando a inclusão social dos grupos sociais mais desfavorecidos;

mm) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio aos grupos socialmente vulneráveis, com especial incidência nas zonas sujeitas a processos sociais mais complexos;

nn) Apoiar as entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, sedeadas e/ou a desenvolver atividades de intervenção social no Concelho de Odivelas, designadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais (ONG's);

oo) Executar medidas de política social destinadas a grupos sociais específicos, nomeadamente de prevenção e apoio à maternidade precoce, à infância, terceira idade, deficiência, sem-abrigo entre outros;

pp) Prevenção, intervenção e acompanhamento de situações de pobreza e exclusão social, mobilizando recursos existentes na comunidade e/ou atribuindo o apoio pontual previsto no âmbito do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas;

qq) Promover campanhas de sensibilização e realizar ações de formação e informação em temáticas específicas na área da intervenção social e do envelhecimento ativo de qualidade;

rr) Articular/colaborar com as estruturas locais de apoio às crianças e jovens em situação de risco e/ou outros grupos em situação de vulnerabilidade, através da participação ativa na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e promover condições para a criação e funcionamento de um centro de emergência social;

ss) Dinamizar o Banco Local de Voluntariado (BLV), promovendo a participação cívica dos indivíduos nas atividades das instituições/entidades do Concelho, com vista a uma sociedade mais justa e solidária;

tt) Dinamizar a cidadania e a participação das pessoas com deficiência, nomeadamente através do apoio técnico no âmbito do Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD);

uu) Prosseguir o apoio aos munícipes seniores, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão Sénior;

vv) Dinamização de atividades e programas de combate ao isolamento e promoção do envelhecimento ativo, em colaboração com as IPSS e Centros de Dia do Concelho, com respostas sociais de apoio à população idosa, nomeadamente através da dinamização de atividades intergeracionais e do Programa Canta e Encanta;

ww) Assegurar dinamização do Projeto “Banda Maior” e Teatro Sénior, como projetos inovadores na área da promoção do envelhecimento ativo;

xx) Prosseguir o apoio social aos trabalhadores da autarquia e suas famílias, desenvolvendo programas de apoio específicos para o efeito, nomeadamente através da gestão do Cartão+;

yy) Promover ações de natureza social e cultural para os trabalhadores do município em articulação com outras unidades orgânicas e/ou entidades externas.

- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

a) Participar na conceção e planeamento do sistema educativo local, designadamente, na monitorização e revisão da Carta Educativa do Município em articulação com os serviços municipais, na dinamização do Conselho Municipal de Educação e na definição anual da rede educativa local em articulação com o serviço competente da Administração Central;

b) Assegurar, nos termos da lei, a representação do Município, no Conselho Geral, órgão de direção estratégica, dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas, promovendo o desenvolvimento e consolidação da autonomia das escolas;

c) Participar no planeamento e programação das novas construções escolares no que diz respeito às escolas de todos os níveis de ensino da rede pública, em articulação com os serviços municipais, com o serviço competente da Administração Central e com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

d) Participar na monitorização e definição de prioridades de intervenção ao nível da requalificação, ampliação e manutenção, no que diz respeito às escolas do ensino básico e aos jardins-de-infância da rede pública, em articulação com os serviços municipais competentes;

e) Assegurar a gestão das escolas do ensino básico e dos jardins-de-infância da rede pública, designadamente quanto à renovação e requalificação, do mobiliário e equipamento escolar, assim como, a atribuição de verbas para adquirir material didático, e para fazer face a despesas de funcionamento corrente;

f) Executar ações no âmbito da ação social escolar, designadamente, a aquisição de manuais escolares e implementação de bolsa de empréstimo aos alunos do 1.º



ciclo do ensino básico, a atribuição de verbas para material escolar aos alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, a atribuição de tecnologias de apoio aos alunos carenciados com necessidades educativas especiais do 1.º ciclo do ensino básico, a comparticipação no custo das refeições dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;

g) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos jardins-de-infância e das escolas do ensino básico;

h) Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente do pré-escolar e do ensino básico em articulação com os serviços municipais e os órgãos de direção dos agrupamentos de escolas;

i) Assegurar a gestão dos Transportes Escolares, de acordo com a legislação em vigor;

j) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e as AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família nos jardins-de-infância;

k) Desenvolver ações conducentes à celebração de Acordos de Colaboração e Cooperação com diferentes Instituições Educativas e outras entidades consideradas de interesse para a promoção de um sistema educativo mais qualificado;

l) Implementar e prestar apoio às bibliotecas escolares nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho de Odivelas;

m) Assegurar o funcionamento do Serviço Municipal de Transportes Especiais (SMTE) dirigido à população deficiente, desde que se encontrem a frequentar um estabelecimento de ensino e/ou uma Instituição de Deficiência.

2. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, HABITAÇÃO E TRANSPORTES, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESPAÇOS URBANOS E DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS

- DIVISÃO DE HABITAÇÃO:

a) Programar, executar e assegurar a execução de projetos de edifícios habitacionais de custos controlados, infraestruturas, equipamentos e arranjos exteriores no âmbito de empreendimentos de habitação social;

b) Promover a cooperação técnica com entidades exteriores à Câmara com quem esta estabeleça parcerias no âmbito da promoção e requalificação de empreendimentos de habitação de custos controlados;

c) Promover, em articulação com a Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes, com o Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral e de acordo com o previsto no Plano Diretor Municipal a constituição de uma bolsa de terrenos, com vista à promoção da construção de empreendimentos habitacionais de âmbito social;

d) Desenvolver estudos urbanísticos com vista à promoção de habitação de custos controlados, em coordenação com os serviços municipais competentes e propor a implantação e volumetria, caracterização urbana e inserção na rede viária envolvente;

e) Assegurar a execução das políticas municipais de habitação no âmbito da reabilitação, manutenção e conservação do parque habitacional municipal;

f) Promover todas as diligências e procedimentos necessários à reabilitação/requalificação do parque habitacional degradado do concelho, com exceção dos procedimentos relativos às empreitadas, no âmbito de planos e programas de reabilitação existentes ou a criar;

g) Determinar, no âmbito desses programas, a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade das habitações, precedidas de vistoria e desencadear e implementar o processo de obras coercivas nas mesmas, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;

h) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;

i) Assegurar o recenseamento das famílias residentes em alojamentos precários, incluídos em programas e/ou operações de realojamento;

j) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob a sua responsabilidade;

k) Desenvolver as ações necessárias ao realojamento das famílias incluídas em programas com esse objetivo;

l) Acompanhar e apoiar os agregados familiares recenseados no âmbito do PER nas fases pré e pós realojamento;

m) Assegurar a gestão do parque habitacional que lhe esteja confiado;

n) Promover a participação e inserção social dos moradores dos bairros sob sua gestão;



o) Efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais e propor medidas adequadas para a resolução dos problemas identificados;

p) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores à Câmara no contexto do acompanhamento de casos sociais específicos, cuja problemática inclua a habitação;

q) Implementar os Protocolos de Cooperação que venham a ser celebrados pela Câmara com entidades públicas e/ou privadas no contexto da intervenção social e comunitária em bairros municipais e áreas de alojamento provisório sob a sua gestão;

r) Coordenar o funcionamento dos Gabinetes de Intervenção Social já existentes e os que venham a ser criados, na ótica de descentralização dos serviços de atendimento e intervenção social no âmbito das suas competências;

s) Assegurar a não proliferação de novas construções precárias para fins habitacionais bem como prevenir/impedir ocupações ilegais quer em núcleos de alojamentos precários quer no contexto do parque habitacional municipal.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;

2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (**dois mil e quinhentos euros**), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (**dois mil e quinhentos euros**);

4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;

7. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

8. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

9. A competência prevista na **alínea d) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação;

10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;

11. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:



1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;

2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal;

3. A competência prevista na **alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

4. A competência prevista na **alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

5. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do Artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal.

6. Os poderes conferidos **pelos artigos 4.º, 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 22.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio**, que aprova o Regime Jurídico do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, na sua redação atual, relativo à demolição de barracas, registo e realojamento.

7. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Câmaras Municipais, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

1. O delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a delegada ou subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante/subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, a delegada/subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 42/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Paulo César Prata Teixeira

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;

2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal, e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;

3. Os presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL);

4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;



I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º aprovado em anexo pelo CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada em 30 de outubro de 2017, com faculdade de subdelegar, no Senhor Vereador **PAULO CÉSAR PRATA TEIXEIRA**.

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos, nomeadamente:

1. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO:

a) Assegurar a instrução dos procedimentos relativos ao licenciamento e autorização de operações urbanísticas e elaborar os adequados instrumentos de planeamento, gestão urbanística na perspetiva de transformação física e do uso do solo;

b) Acompanhar o processo de recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal localizadas em áreas críticas do Município de Odivelas;

c) Assegurar o processo de elaboração/revisão, implementação do PDM de Odivelas, em articulação com o PROT;

d) Assegurar os procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pelo executivo municipal, com articulação com as diferentes unidades orgânicas municipais;

e) Instruir e informar, em conformidade com o Plano Diretor Municipal e outros regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor, e demais legislação aplicável, todos os procedimentos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas, da competência dos órgãos municipais ou sobre que estes devam pronunciar-se, quando apresentados por entidades exteriores ao Município;

f) Gerir os procedimentos relativos a operações de loteamento, bem como a obras particulares, até à vistoria final e à emissão do alvará de licença de construção, respetivamente, assegurando a conformidade das obras com os projetos e regulamentos aprovados;

g) Assegurar os procedimentos administrativos relativos à prestação de cações, cedências patrimoniais e ao cumprimento de outras obrigações dos promotores, no quadro dos respetivos financiamentos;

h) Elaborar alvarás de licença e de autorização de loteamento e de obras de urbanização;

i) Assegurar todo o procedimento administrativo relativo à recuperação e legalização das áreas urbanas de génese ilegal, como tal formalmente delimitadas ou não, em conformidade com as normas legais e regulamentares;

j) Assegurar as atividades de medição de projetos, liquidação de taxas e outras receitas municipais das AUGI's e áreas equivalentes, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, normativo para as AUGI's e do Regulamento de Taxas e outras Receitas;

k) Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei;

l) Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, nos termos da Lei, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal;

m) Instruir os procedimentos relativos a projetos de loteamento e de construção localizados nos aglomerados ilegais e promover a legalização das edificações existentes, no quadro dos planos ou parâmetros urbanísticos aprovados;

n) Verificar a conformidade da execução das operações urbanísticas superiormente determinadas com os projetos aprovados e as condições do licenciamento ou autorização, promovendo o embargo e participação de ilícitos contraordenacionais, e os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento;

o) Efetuar os demais procedimentos, necessários à prevenção e contenção de infrações de âmbito urbanístico após a emissão das autorizações ou dos licenciamentos previamente aprovados de forma a contribuir para a fluidez e a boa regularidade dos processos de obras particulares;

p) Elaborar os estudos e planos municipais de ordenamento do território considerados necessários a uma adequada dinâmica de urbanização do Município, ao reordenamento e requalificação de zonas urbanas degradadas e aglomerados deficientemente inseridos na malha urbana, bem como a qualificação dos núcleos históricos das diversas localidades;

q) Coordenar iniciativas e projetos especiais, que assumam uma importância estratégica no desenvolvimento e qualificação do território;

r) Acompanhar o processo de recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal localizadas em áreas críticas do Município de Odivelas;



s) Assegurar os procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pelo executivo municipal, com articulação com as diferentes unidades orgânicas municipais;

t) Assegurar todo o procedimento administrativo relativo à recuperação e legalização das áreas críticas de génese ilegal, como tal formalmente delimitadas ou não, em conformidade com as normas legais e regulamentares;

u) Assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas e participar nas assembleias de administração conjunta, nos termos da Lei;

v) Promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, em áreas críticas.

2. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:

a) Apoiar e colaborar com o associativismo desportivo, em especial os clubes/coletividades desportivas com estatuto de utilidade pública, no estrito cumprimento dos seus objetivos de promoção, generalização e desenvolvimento do Desporto;

b) Implementar um programa de apoios financeiros ao associativismo desportivo, assente em normas e critérios objetivos, garantindo os princípios de rigor, transparência e imparcialidade;

c) Apoiar e garantir a organização de eventos desportivos, quer da iniciativa do Município, quer de parcerias estabelecidas com o movimento associativo desportivo concelhio, quer ainda eventos resultantes de parcerias externas;

d) Promover o desenvolvimento do Desporto, através da adoção de programas e projetos que visem a diversificação da oferta desportiva, o aumento do número de praticantes, a manutenção da sua saúde e condição física e a melhoria da qualidade das práticas, no âmbito das diversas vertentes do Desporto, designadamente na formação, recreação e lazer e rendimento;

e) Elaborar e manter atualizada a Carta Desportiva do Concelho de Odivelas (CDCO), como instrumento de planeamento e suporte à definição da política desportiva municipal;

f) Criar um Sistema de Informação Desportiva (SID), como instrumento complementar de apoio à decisão;

g) Criar o Plano Municipal de «Mobilidade Sustentável»;

h) Desenvolver as ações necessárias que visem a qualificação dos equipamentos desportivos municipais, de

modo a salvaguardar a sua qualidade, adequação para as diferentes práticas desportivas e segurança dos seus utilizadores;

i) Promover a máxima rentabilização da utilização das instalações sob gestão desta unidade orgânica, instalações desportivas (incluindo o Pavilhão Multiusos e a Piscina Municipal) e Quinta das Águas Férreas, através de programação de atividades e otimização de protocolos.

3. GABINETE DO OBSERVATÓRIO DA CIDADE:

a) Promover a articulação e a interação entre a comunidade local e as estruturas municipais no sentido de uma maior proximidade e de um diálogo construtivo e permanente na definição de políticas locais e na realização de projetos/iniciativas de interesse da comunidade, que visem a identificação das necessidades efetivas, bem como a potencialização dos recursos com vista a uma maior amplitude e otimização dos mesmos;

b) Apoiar o processo de decisão e de orientação estratégica no desenvolvimento sustentado do Município quer em matérias de dinâmica estrutural quer conjuntural;

c) Promover a divulgação de métodos inovadores, criação de incentivos para a inovação (prémios de mérito), e partilha de informação, criando espaços de descentralização de conhecimento com vista a dotar a comunidade de competências potencializando uma atitude mais participativa e proactiva em torno do desenvolvimento estratégico do município;

d) Dinamizar áreas de investigação através da elaboração de estudos que permitam o diagnóstico do Concelho de Odivelas, em colaboração com instituições de ensino superior;

e) Desenvolver o projeto “Odivelas, Concelho Saudável”, em articulação direta com a Associação da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis e a Organização Mundial de Saúde, apoiando e promovendo a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde, baseadas nos princípios essenciais do projeto Cidades Saudáveis;

f) Elaborar estudos, planear e acompanhar a execução de projetos de equipamentos estratégicos para o município, no domínio da energia, através de uma agência regional de energia;

g) Acompanhar e participar na execução de projetos/programas a nível municipal em cumprimento as orientações e princípios decorrentes do Pacto dos Autarcas;

h) Participar na elaboração do Plano Local de Saúde do ACES Loures-Odivelas em estreita articulação com o Conselho da Comunidade;



i) Promover a inclusão do Município de Odivelas no movimento Smart Cities e fazer o respetivo acompanhamento técnico por forma a otimizar os recursos do Concelho de Odivelas;

j) Prestar apoio à atividade do Conselho Consultivo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Conselheiros do Município, fornecendo a informação necessária para o efeito;

k) Prestar apoio à atividade do Provedor do Município, disponibilizando o acesso à informação necessária com vista à facilitação do processo de tomada de decisão no âmbito das funções que lhe estão atribuídas;

l) Promover a criação de um espaço de informação e participação para munícipes com deficiência física, mental e psíquica.

4. GABINETE DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO:

a) Promover e orientar o processo de informatização municipal de forma a assegurar-lhe coerência, fiabilidade e eficácia e, de um modo geral, promover a utilização extensiva de tecnologias de informação e de comunicação adaptadas à atividade municipal;

b) Analisar, de modo continuado, no quadro das medidas de organização estrutural e funcional dos serviços e de desburocratização e modernização administrativa, as necessidades e prioridades dos diversos serviços quanto a soluções informáticas;

c) Propor e supervisionar tecnicamente todos os processos de aquisição de equipamentos e de suportes lógicos;

d) Assegurar a administração, a manutenção e a adequada exploração dos sistemas informáticos e de comunicação instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acesso;

e) Gerir e operar os sistemas municipais de comunicações, compreendendo as redes telefónica e de transmissão de dados.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;

2. A competência prevista na alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e

aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

3. A competência prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros);

4. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º;

5. A competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

6. A competência prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;

7. A competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

8. A competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da câmara municipal;

9. A competência prevista na alínea j) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, para conceder, nos casos e nos termos previstos na lei, autorizações de utilização de edifícios;



10. A competência prevista na alínea k) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos casos mencionados nas alíneas i) e ii) do citado preceito;

11. A competência prevista na alínea l) no n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I do **RJAL**, ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada;

12. A competência prevista no n.º 3 do artigo 5.º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro** (doravante designado por **RJUE**), para a concessão da autorização de utilização referida no n.º 5 do artigo 4.º deste diploma legal;

13. A competência prevista no n.º 2 do artigo 8.º do **RJUE**, para a direção da instrução do procedimento referente ao controlo prévio das operações urbanísticas, bem como decidir quaisquer questões que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação, proferir despacho de aperfeiçoamento ou de rejeição liminar, bem como determinar a suspensão do procedimento, exercendo todas as competências previstas no artigo 11.º;

14. A competência do n.º 4 do artigo 17.º do **RJUE**, para emitir a declaração aí prevista;

15. A competência prevista no n.º 5 do artigo 20.º do **RJUE**, no que concerne à prorrogação do prazo;

16. O poder conferido pelo n.º 4 do artigo 53.º do **RJUE**, para conceder a prorrogação do prazo;

17. A competência prevista nos n.ºs 5 a 7 do artigo 58.º do **RJUE**, para prorrogar o prazo de execução das obras;

18. A competência prevista no n.º 2 do artigo 64.º do **RJUE**, para determinar a realização de vistoria;

19. A competência prevista no artigo 75.º do **RJUE**, para emitir o alvará para a realização das operações urbanísticas;

20. O poder conferido pelo n.º 2 do artigo 76.º do **RJUE**, para que seja conferido prazo de prorrogação;

21. A competência prevista nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 79.º do **RJUE**, para proceder à cassação do alvará ou da admissão da comunicação prévia e para comunicá-la à conservatória do registo predial competente, para efeitos de anotação à descrição ou ao cancelamento do correspondente registo, quando aplicável;

22. A competência prevista no artigo 81.º do **RJUE**, para permitir a execução de trabalhos de demolição ou de

escavação e de contenção periférica, nos termos e nas condições estabelecidos;

23. A competência prevista no n.º 4 do artigo 84.º do **RJUE**, relativamente à execução das obras pela Câmara Municipal;

24. A competência vertida no n.º 9 do artigo 85.º com a epígrafe “Execução das obras de urbanização por terceiro”;

25. A competência referida nos n.ºs 1 e 4 do artigo 94.º do **RJUE**, para fiscalizar a realização de operações urbanísticas;

26. A competência prevista no n.º 3 do artigo 95.º do **RJUE**, para requerer ao juiz da comarca o mandado judicial para entrada no domicílio de qualquer pessoa sem o seu o consentimento;

27. A competência prevista no artigo 96.º do **RJUE**, para ordenar a realização de vistorias aos imóveis em que estejam a ser executadas operações urbanísticas quando o exercício dos poderes de fiscalização dependa da prova de factos que, pela sua natureza ou especial complexidade, impliquem uma apreciação valorativa de carácter pericial;

28. A competência prevista no n.º 1 do artigo 102.º-B do **RJUE**, no que concerne ao embargo de obras realizadas, com existência de procedimento de âmbito urbanístico;

29. A competência prevista no n.º 1 do artigo 105.º do **RJUE**, para ordenar a realização de trabalhos de correção ou alteração da obra, tendo em conta a sua natureza e o grau de complexidade dos mesmos;

30. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do **RJUE**, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, com existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator;

31. Os poderes estipulados pelo artigo 107.º do **RJUE**, no que se reporta à posse administrativa e execução coerciva;

32. O poder conferido pelo n.º 1 do artigo 109.º do **RJUE**, relativo à cessação da utilização de edifícios ou de suas frações autónomas;

33. A competência prevista no artigo 117.º do **RJUE**, para proceder à liquidação das taxas, em conformidade com o regulamento aprovado pela assembleia municipal;

34. A competência prevista no artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, que adota medidas para



disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem;

35. A competência prevista no artigo 88.º do Código do Procedimento e Processo Tributário, atento o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do **Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro**, que o aprova, para promover a extração e competente assinatura das certidões de dívida referentes à cobrança coerciva de taxas ou de outras receitas municipais, suscetíveis de cobrança em sede de execução fiscal, com a faculdade de subdelegação, designadamente as despesas previstas no artigo 108.º do RJUE;

36. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**, para executar as opções do plano e o orçamento aprovado, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

2. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central a exercer nas áreas funcionais sob sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação do Presidente da Câmara Municipal, conforme alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;

3. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, conforme alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;

4. Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, conforme estipulado na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;

5. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, conforme alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;

6. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, conforme alínea tt) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do **RJAL**;

7. Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, conforme alínea b) do artigo 39.º do Anexo I do **RJAL**;

8. As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, no n.º 9 do artigo 6.º e no n.º 2 e 4 do **RJUE**;

9. As competências previstas no n.º 12 do artigo 13.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 14.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 16.º, no n.º 3 do artigo 20.º, no artigo 21.º, nos n.ºs 1 e 6 do artigo 23.º, alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 6 e 8 do artigo 27.º, e no n.º 8 do artigo 35.º do **RJUE**, na redação atual;

10. As competências previstas no n.º 3 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 48.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º, no n.º 7 do artigo 53.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 54.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º, no n.º 1 do artigo 58.º, no n.º 1 do artigo 59.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º, e n.º 3 do artigo 66.º do **RJUE**, na redação atual;

11. As competências previstas no n.º 5 do artigo 71.º, no n.º 2 do artigo 73.º, no n.º 2 do artigo 74.º, no n.º 2 do artigo 78.º e no n.º 4 do artigo 79.º do **RJUE**, na redação atual;

12. As competências previstas nos n.ºs 1, 3, e 4 do artigo 84.º, no n.º 9 do artigo 85.º, no n.º 2 do artigo 86.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 87.º do **RJUE**, na redação atual;

13. As competências previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, no n.º 1 do artigo 90.º, no n.º 1 do artigo 91.º, no n.º 1 do artigo 92.º, no n.º 5 do artigo 94.º, do **RJUE**, na redação atual;

14. As competências previstas no artigo 102.º, nos n.ºs 1, 3, 6, 8 e 9 do artigo 102.º-A, no n.º 3 do artigo 105.º, no n.º 2 do artigo 108.º, e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 109.º do **RJUE**, na redação atual, no que concerne às medidas de tutela da legalidade urbanística;

15. As competências previstas nos n.ºs 1 e 5 do artigo 110.º, e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 113.º do **RJUE**, na redação atual;

16. Autorizar o pagamento fracionado de taxas cujo montante global não exceda o valor de € 300.000,00 ao abrigo dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 117.º do **RJUE**, na redação atual;

17. As competências previstas no artigo 119.º, no n.º 1 do artigo 120.º, e no n.º 1 do artigo 126.º do **RJUE** na redação atual;

18. Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral



das Edificações Urbanas, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de agosto de 1951**, na redação atual;

19. As competências previstas na **Lei n.º 91/95, de 2 de setembro**, na redação atual, diploma sobre as Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, para:

a) Nos termos do artigo 19.º, em sede de apreciação liminar, solicitar outras informações ou elementos imprescindíveis ao conhecimento do pedido de loteamento ou do pedido de aprovação dos projetos de obras de urbanização;

b) Nos termos do artigo 20.º promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir parecer, autorização ou aprovação para o licenciamento da operação de loteamento ou obras de urbanização;

c) Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º proceder à realização de vistoria com a finalidade de verificar a conformidade da planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, com a realidade existente na AUGI;

d) Nos termos do n.º 3 do artigo 22.º designar a comissão especial que realizará a vistoria;

e) Nos termos do artigo 23.º notificar o dono da obra que não se encontre em conformidade com a planta referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º, para proceder à reposição da situação anterior;

f) Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º deliberar sobre o pedido de licenciamento da operação de loteamento;

g) Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º indeferir a pretensão nos termos previstos nas alíneas a), b) e c);

h) Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º incorporar na deliberação a identificação das situações previstas nas alíneas a), b) e c);

i) Nos termos do n.º 4 do artigo 24.º a não aplicação da moratória fixada na alínea a) do n.º 3, nos casos em que a Câmara reconheça a necessidade de demolição urgente;

j) Nos termos do artigo 28.º tornar pública a deliberação de aprovação do projeto de loteamento, por edital;

k) Nos termos do artigo 29.º para emissão do alvará de loteamento, contendo as especificações previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e ainda os elementos constantes das alíneas a), b) e c) do referido preceito;

l) Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º legalizar condicionadamente a realização de obras particulares conformes com o projeto de loteamento aprovado, desde que as participações imputáveis à parcela se achem

integralmente satisfeitas e seja observado o disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 7.º;

20. As competências previstas nos artigos 34.º, 35.º, 38.º, 50.º, 54.º e 57.º ainda da **Lei n.º 91/95, de 2 de setembro**, na redação atual;

21. A competência prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, que aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto;

22. A competência prevista no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 6.º, na alínea c) do artigo 12.º, na alínea c) do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 22.º do **Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto**, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais;

23. A competência prevista no artigo 41.º-B do **Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro**, na redação atual, que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos;

24. As competências previstas no n.º 2 do artigo 10.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 13.º, no artigo 15.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º, no n.º 4 do artigo 27.º e no n.º 3 do artigo 31.º do **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho**, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;

25. As competências previstas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, constante do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, no âmbito dos procedimentos de controlo prévio previstos no RJUE e que, por esta via, são objeto de delegação, assim como impor a obrigação de reabilitar ou de demolir edifícios e executar coercivamente estas obras ao abrigo dos artigos 55.º e 57.º do referido Regime Jurídico;

26. As competências previstas nos n.ºs 3 e 5 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 17.º, na alínea b) do n.º 6 do artigo 34.º, no n.º 1 do artigo 36.º, no n.º 4 do artigo 37.º, no artigo 55.º, no artigo 57.º, na alínea b) do n.º 3 do artigo 61.º, no n.º 1 do artigo 75.º e no artigo 79.º ainda do **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro**, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da reabilitação urbana;

27. As competências previstas no n.º 1 do artigo 3.º da **Lei n.º 61/2013 de 23 de agosto**, que estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;

28. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Câmaras Municipais, que me foram delegadas, nas áreas



funcionais sob sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 43/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador João Paulo da Cruz António

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;

2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal e realizada a sua primeira reunião camarária na presente

data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;

3. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);

4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal** através da deliberação tomada na sua 1.ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada nesta data, **com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, no Senhor Vereador JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:

a) Assegurar a articulação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, bem como os demais agentes de proteção civil local;

b) Assegurar o cumprimento das competências decorrentes da Lei de Bases da Proteção Civil, adaptada à escala Municipal, bem como de legislação complementar;

c) Acompanhar e promover as ações relativas às Associações de Bombeiros Voluntários existentes na área do Município, nomeadamente, no acompanhamento e apoio financeiro, ou outro;

d) Inventariar e atualizar permanentemente as bases de dados de meios e recursos existentes no concelho na área da Proteção Civil;

e) Identificar as situações de maior risco potencial na área do Município, promovendo a elaboração, revisão e



atualização permanente dos diversos instrumentos de planeamento (Plano Municipal de Emergência, Planos de Emergência Específicos, Planos de Contingência e Planos de Coordenação de Eventos);

f) Promover a execução de “exercícios e simulacros” de forma regular;

g) Articular com o Comandante Operacional Municipal (COM) todas as ações de Proteção Civil, assegurando a comunicação com os Órgãos Municipais e outras entidades públicas;

h) Colaborar, sempre que solicitado, na elaboração de planos de emergência externos;

i) Implementar e coordenar a Rede Municipal de Voluntários de Proteção Civil;

j) Requerer, em situação de emergência, e sempre que se julgue de elevada pertinência, a colaboração de outros serviços da Câmara Municipal, solicitando a sua intervenção imediata, garantindo a funcionalidade e a eficácia do sistema de proteção civil na resposta às situações de emergência;

k) Apoiar os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, e demais instituições ou entidades, na elaboração dos seus planos de segurança e respetivas medidas de autoproteção;

l) Assegurar o alojamento e a assistência imediata e transitória das populações vítimas de acidentes graves ou catástrofes, decorrentes de fenómenos naturais ou antrópicos;

m) Promover a realização, pelas entidades legalmente competentes, de vistorias a unidades económicas, instituições sociais e outras, no que respeita a condições de risco tendentes à catástrofe;

n) Promover a adequada informação e sensibilização dos cidadãos relativamente às questões da Proteção Civil, através de campanhas gerais de prevenção e sensibilização;

o) Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;

p) Ministras ações de sensibilização nas Escolas e em outras entidades públicas e privadas;

q) Gerir a Escola Municipal de Proteção Civil.

2. GABINETE VETERINÁRIO MUNICIPAL:

a) Colaborar na execução das tarefas de inspeção higio-sanitárias das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos

comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;

b) Efetuar vistorias a veículos de transporte de produtos alimentares;

c) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações, estabelecimentos e veículos referidos nas alíneas anteriores;

d) Apoiar as brigadas de fiscalização da ASAE, bem como efetuar peritagens por nomeação do Ministério Público ou em ações de rotina;

e) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;

f) Notificar, de imediato, as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico;

g) Emitir guias sanitárias de trânsito;

h) Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pelas autoridades competentes;

i) Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal;

j) Recolha e encaminhamento de animais errantes;

k) Recolha e encaminhamento para destino final de cadáveres de animais;

l) Apoio a munícipes de comprovada insuficiência económica e/ou física no transporte dos seus animais domésticos para atendimento no Consultório Veterinário Municipal;

m) Promover o regular funcionamento do CORACO (Centro Oficial de Recolha de Animais do Concelho de Odivelas), em termos de higiene e bem-estar animal;

n) Realizar cirurgias e outros tratamentos aos animais que deles necessitem;

o) Promover uma rede de adoção, em colaboração com a população em geral e com associações de proteção animal;

p) Realizar campanhas de sensibilização e informação da população, no âmbito das suas atribuições;



- q) Elaborar o regulamento do CORACO e assegurar o seu cumprimento;
- r) Gerir o efetivo animal do CORACO;
- s) Gerir o Consultório Veterinário Interativo;
- t) Desenvolver o Programa de Esterilização de Animais Errantes;
- u) Implementar a Rede de Escolas Amigas dos Animais;
- v) Colaborar com as Câmaras Municipais da área metropolitana de Lisboa ou quaisquer outras entidades idóneas na realização de iniciativas que visem a promoção do bem-estar animal.

3. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, HABITAÇÃO E TRANSPORTES, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E ESPAÇOS URBANOS E DIVISÃO DE HABITAÇÃO

- DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINAS:

- a) Assegurar a gestão técnica e operacional do parque de viaturas e máquinas do Município;
- b) Manter o controlo técnico do equipamento mecânico afeto, em termos operacionais e patrimoniais, a outras unidades orgânicas;
- c) Assegurar as atividades de manutenção do parque de viaturas e máquinas do Município;
- d) Prestar apoio nas áreas técnicas para que esteja dotada, aos outros serviços municipais;
- e) Definição das cláusulas contratuais da carteira de seguros relativos a todas as viaturas e máquinas municipais;
- f) Acompanhar em caso de sinistro ou acidentes todos os procedimentos tendo em vista a defesa dos interesses municipais.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade nos serviços sob sua superintendência;
2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2.500,00

(dois mil e quinhentos euros), bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros);

4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww), do n.º 1, do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões previstas no artigo 56.º, do citado diploma;

7. A competência prevista na **alínea v), do n.º 1, do artigo 35.º do RJAL**, para dirigir em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;

8. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

9. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os



atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

10. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do património do Município e à sua conservação, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

11. Exercer as demais competências legalmente conferidas, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições ao Município;

12. A competência prevista no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade;

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;

2. A competência prevista na **alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

3. A competência prevista na **alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos nos termos da legislação aplicável;

4. A competência prevista na **alínea jj) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

5. A competência prevista na **alínea nn) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL**, para participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

6. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 39.º do Anexo I ao RJAL**, para executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;

7. As competências previstas no **artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 6.º da Lei n.º 92/95, de 12 de**

setembro, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais;

8. As competências previstas no **n.º 6 do artigo 3.º-G, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro**, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais de companhia.

IV

1. O delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado ou subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no artigo 49.º, n.º 1 do CPA;

2. A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante/subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, o delegado/subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 44/PRES/2017

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho

Considerando que:

1. A delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio tem assento constitucional no artigo 267.º, o qual permite conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões;



2. Mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, foi instalado o novo executivo municipal e realizada a sua primeira reunião camarária na presente data, na qual foi aprovada a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara;

3. Os Presidentes de Câmara são, no exercício das suas funções, coadjuvados por vereadores, nos quais podem delegar ou subdelegar competências, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL);

4. Assim, e em virtude de se ter operado a caducidade das delegações e subdelegações anteriores, ao abrigo da alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova distribuição de funções;

I

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 34.º e n.º 2 do artigo 36.º, ambos do RJAL, conjugados com os n.ºs 1 e 5 dos artigos 44.º, 46.º e 47.º do CPA, **delego as minhas competências próprias e subdelego as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação tomada na sua 1ª Reunião Extraordinária, referente ao quadriénio 2017/2021, realizada nesta data, com faculdade de subdelegar, salvo disposição em contrário, na Senhora Vereadora MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO.**

As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos de natureza administrativa, incluindo a decisão final e a gestão de todos os assuntos que se encontram atribuídos às Unidades Orgânicas que abaixo se discriminam:

1. DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, DA DIVISÃO FINANCEIRA E DE APROVISIONAMENTO, DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO E DO GABINETE DE GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRAÇÃO GERAL

- DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS, ATIVIDADES ECONÓMICAS E PROJETOS COMPARTICIPADOS:

a) Instruir os processos e licenciar os estabelecimentos de restauração e bebidas, comerciais e industriais, que por lei estejam cometidos ao Município, designadamente quanto a horários, condições higio-sanitárias e condições técnico-funcionais, em articulação, nos casos em que tal se justifique, com outros serviços do Município;

b) Emitir as licenças de ruído, de recintos improvisados e itinerantes, bem como as licenças de recinto para espetáculos de natureza não artística;

c) Emitir licenças de autorização para utilização de vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras;

d) Emitir as licenças de autorização especial para serviços de restauração e/ou bebidas ocasionais ou esporádicas;

e) Licenciamento da atividade de vendedor ambulante;

f) Licenciamento da atividade de guarda-noturno;

g) Proceder à emissão de alvarás de Táxi e outras atribuições que, nesta área, venham a ser atribuídas aos Municípios;

h) Instruir e acompanhar os processos de certificação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;

i) Assegurar um conhecimento detalhado e atualizado de todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, suscetíveis de serem acionados com vista ao financiamento de projetos de interesse municipal;

j) Com base nos Planos de Atividades e na previsão de investimento municipal, promover, com o concurso dos serviços sectoriais, os processos de candidatura externa de projetos e a respetiva negociação financeira;

k) Assegurar, em articulação com os serviços responsáveis pela execução dos projetos, designadamente a Divisão Financeira e de Aprovisionamento, o controlo de execução e a gestão financeira dos projetos com candidaturas aprovadas, bem como os respetivos procedimentos administrativos e de prestação de contas;

l) Fomentar a criação de contactos entre responsáveis diretos pelos assuntos comunitários, a nível nacional e internacional, criando circuitos permanentes de informação;

m) Apreciar, coordenar e submeter às entidades competentes todos os processos de candidatura a programas ou medidas comunitárias, depois de aprovados pelo Executivo Municipal ou pelo Presidente da Câmara;

n) Coordenar a execução dos diferentes projetos com financiamento comunitário, permitindo a existência de informação permanentemente atualizada sobre o seu estágio e garantindo a sua transmissão às entidades competentes;

o) Divulgar e informar sobre os mecanismos de financiamento e de apoio técnico, de âmbito comunitário,



central e regional, junto dos agentes económicos potencialmente aptos a apresentar candidaturas;

p) Programar e promover por iniciativa municipal, ou com a colaboração de entidades vocacionadas para o efeito, iniciativas de apoio às atividades económicas, nomeadamente Feiras e Exposições;

q) Assegurar apoios e patrocínios para iniciativas municipais;

r) Elaborar estudos que permitam o diagnóstico da atividade empresarial no Município de Odivelas e a relação com as associações representativas;

s) Promover iniciativas em parceria com entidades públicas e privadas, no âmbito de formação;

t) Promover iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, designadamente através da constituição de uma bolsa de emprego;

u) Apoiar as iniciativas municipais e particulares tendentes à implantação no Município, de empresas de serviços contribuindo para uma estratégia global de desenvolvimento.

No âmbito das competências desta Divisão e face às obrigações de Programas Nacionais ou Comunitários, delego e subdelego ainda as seguintes competências:

a) Assegurar a coerência, a coordenação e a articulação das ações em curso, previstas ou a prever com os serviços responsáveis pela execução das mesmas;

b) Assegurar a articulação com as entidades exteriores que, direta ou indiretamente, estejam envolvidas com a execução de Projetos;

c) Organizar o sistema de informação de apoio à tomada de decisão, à apresentação de contas e à resolução de problemas;

d) Monitorizar o funcionamento e os resultados dos projetos;

e) Acompanhar a obra e análise de projetos de execução;

f) Identificar oportunidades e a organização de ações e projetos;

g) Promover a participação cívica através da mobilização dos cidadãos e das organizações locais.

2. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCATIVA, JUVENTUDE, CULTURA E AMBIENTE, COM EXCLUSÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DA DIVISÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL E PROJETOS EDUCATIVOS, DA DIVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E DA DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

- DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL E BIBLIOTECAS, COM EXCLUSÃO DO SETOR DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL, DO SETOR DE PATRIMÓNIO CULTURAL E SETOR DE BIBLIOTECAS

- SETOR DE TURISMO:

a) Assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Posto de Turismo;

b) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, bem como participar nos órgãos das regiões de turismo;

c) Assegurar a realização das atividades de iniciativa municipal, ou a que o Município se obrigue num quadro de cooperação institucional, visando a promoção do turismo designadamente como atividade económica e como prestação de serviços aos cidadãos;

d) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores turísticos, hoteleiros e outros que se distingam pelo espírito de serviço, de iniciativa e de inovação em prol do turismo e prática da qualidade que prestigie o Município;

e) Promover a divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva turística;

f) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;

g) Promover, em geral, atividades de interesse turístico.

- SETOR DE JUVENTUDE:

a) Assegurar a execução da política e dos objetivos municipais definidos para a área da juventude, promovendo e apoiando projetos que visem uma maior diversidade e qualidade de atividades/serviços, em desejável articulação com outros serviços municipais e/ou instituições/associações que atuem na área, assegurando ainda a gestão da Casa da Juventude;

b) Implementar e dinamizar o Conselho Municipal da Juventude;

c) Implementar e apoiar projetos que contribuam, de forma inequívoca, para a prevenção de comportamentos de risco e de fatores de exclusão dos jovens, promovendo o empreendedorismo e inovação, fatores determinantes para a qualificação da vida profissional;



d) Promover e dinamizar o Associativismo Juvenil, formal e/ou informal, criando as condições para o exercício de uma cidadania ativa a nível social e cultural;

e) Assegurar diretamente os serviços de informação e apoio aos jovens, facilitando o acesso a oportunidades e mecanismos específicos de apoio, existentes em diversos âmbitos.

II

Assim, delego as competências que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob sua superintendência;

2. A competência prevista na **alínea g) do n.º 1 do referido artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar a realização das despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

3. A competência prevista na **alínea h) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para autorizar o pagamento de despesas realizadas, nas condições legais e até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**;

4. A competência prevista na **alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

5. A competência prevista na **alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, exceto:

a) A que for dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, Presidente da Assembleia da República e Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes das Câmaras Municipais ou titulares de cargos públicos de estatuto equivalente ou superior;

b) A que constituir, por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar.

6. A competência prevista na **alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º do citado diploma;

7. A competência prevista na **alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para decisão de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos às unidades e subunidade orgânicas sob a sua responsabilidade, com exceção dos atos relativos à constituição, modificação ou extinção da respetiva relação jurídica de emprego;

8. A competência prevista na **alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos respetivos serviços da Câmara Municipal;

9. A competência prevista na **alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para praticar os atos necessários à administração corrente do Património do Município e à sua conservação;

10. A competência prevista na **alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL**, para conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;

11. A competência prevista no **n.º 4 do artigo 9.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;

12. As competências previstas nos **artigos 13.º, 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**, quanto ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados;

13. A competência prevista no **artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 29 de setembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

14. A competência prevista nos **n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º, na alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril**, na sua redação atual, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, e demais competências próprias nele previstas, relacionadas com estas matérias, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

15. A competência prevista no **artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o



regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração;

16. As competências próprias previstas no **Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que aprovou o regime do exercício da atividade industrial (REAL), por força da aplicação do **artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto**, na sua redação atual, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções;

17. As competências próprias previstas no Sistema de Industria Responsável (SIR), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01 de agosto**, na sua redação atual, com exclusão das referentes ao exercício da fiscalização, aplicação de medidas cautelares e sanções;

18. As competências previstas nos **n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, no artigo 30.º, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;

19. A competência prevista no **n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 97, de 19 de maio de 2017, relativo às isenções e reduções previstas no Capítulo I, do citado Regulamento, no que concerne às áreas funcionais sob a sua responsabilidade.

III

E, subdelego as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, e que a seguir se enunciam:

1. A competência prevista na **alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, a exercer nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, sob prévia consulta e coordenação da Presidente da Câmara Municipal;

2. A competência prevista na **alínea x) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para emitir licenças e registos relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, à exceção da fixação de contingentes;

3. A competência prevista na **alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao RJAL**, para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

4. Os poderes conferidos pelos **artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de julho**, na sua redação

atual, o qual adota medidas para disciplinar certas atuações na utilização dos solos e da paisagem;

5. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 1.º, no n.º 2 do artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 7.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto**, na redação atual, que aprova a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;

6. A competência prevista no **artigo 3.º do Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio**, na sua redação atual, quanto ao regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, para restringir os seus períodos de funcionamento;

7. As competências previstas nos **n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º, no n.º 1 do artigo 14.º, e no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto**, na sua redação atual, que se aplica aos transportes públicos de aluguer em veículos de automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi;

8. As competências previstas na **alínea a) do n.º 3 do artigo 35.º e no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro**, na sua redação atual, que estabelece a proteção dos animais de companhia;

9. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 5.º, no n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 2 do artigo 8.º, no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 3 do artigo 10.º, nos n.ºs 1, 2 e 9 do artigo 12.º, nos n.ºs 1, 3, 5 e 6 do artigo 13.º, no n.º 3 do artigo 14.º, nos n.ºs 2, 3 e 7 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º, no artigo 23.º, no n.º 1 do artigo 30.º, no artigo 31.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro**, na sua redação atual, o qual estabelece os procedimentos e define as competências de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis;

10. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 39.º, e no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**, na sua redação atual, o qual regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

11. As competências previstas no **artigo 7.º, no n.º 6 do artigo 8.º, no n.º 4 do artigo 9.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro**, na sua redação atual, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;

12. As competências previstas no **n.º 2 do artigo 27.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de**



28 de junho, na sua redação atual, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios;

13. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro**, na sua redação atual, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;

14. As competências previstas no **n.º 3 do artigo 9.º, no n.º 1 do artigo 10.º, no n.º 1 do artigo 11.º, na alínea e) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 12.º, no n.º 2 do artigo 17.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 21.º, nos n.ºs 1, 3, 4, 5 e 6 do artigo 22.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 23.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 24.º, no n.º 4 do artigo 25.º, nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 27.º, nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º, no n.º 3 do artigo 31.º, no n.º 2 do artigo 32.º, no n.º 3 do artigo 33.º, nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 37.º, no n.º 4 do artigo 38.º, no n.º 2 do artigo 39.º, no n.º 1 do artigo 42.º, no n.º 2 do artigo 44.º, no n.º 2 do artigo 45.º, no n.º 1 do artigo 47.º, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 48.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 49.º, no n.º 2 do artigo 51.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º, no artigo 54.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 56.º, no n.º 2 do artigo 60.º, no n.º 2 do artigo 62.º, nos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 66.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 68.º, no n.º 4 do artigo 70.º, no n.º 5 do artigo 71.º, nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 73.º, no artigo 74.º, no n.º 2 do artigo 75.º e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro**, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial – REAI), nos casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora, disposições aplicáveis por força da norma transitória contida no **artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 25 de março**, que aprovou o Sistema da Indústria Responsável (SIR), bem como as competências previstas no **n.º 13 do artigo 25.º, no n.º 12 do artigo 29.º, no n.º 12 do artigo 32.º, no n.º 2 do artigo 49.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do SIR**, e ainda, nos demais casos em que a Câmara Municipal de Odivelas seja a entidade coordenadora no âmbito do SIR;

15. A competência prevista no **artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**, quanto ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados;

16. As competências previstas no **artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril**, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa da iniciativa “Licenciamento Zero”, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

17. As competências previstas no **artigo 5.º, no artigo 8.º, no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**, o qual aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo;

18. As competências previstas no **n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto**, diploma que estabelece o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno;

19. Exercer as demais competências legalmente conferidas às Camaras Municipais, nas áreas funcionais sob a sua responsabilidade, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

IV

O órgão delegante ou subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para a delegada ou subdelegada sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados ou subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

A delegação e a subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante e/ou subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação ou subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante/subdelegante, a delegada/subdelegada abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas, que por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 45/PRES/2017

Assunto: Delegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Diretor Municipal, Hernâni Silvino Vilela Boaventura

Em virtude de se ter operado a caducidade da delegação anterior - mercê do ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro de 2017, ao abrigo da alínea b), do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, (doravante, designado por CPA), torna-se imperativo proceder a nova delegação de competências no Senhor Diretor Municipal, pelo que, atento o disposto no n.º 1 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), no n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, e no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação habilitante, conjugado com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 44.º, do artigo 46.º e do artigo 47.º do CPA, **delego, com a faculdade de subdelegação, no Senhor Diretor Municipal, HERNÂNI SILVINO VILELA BOAVENTURA, Licenciado em Direito, as competências abaixo discriminadas, no âmbito da Direção Municipal, Setor de Contratos Públicos, Divisão Financeira e de Aprovisionamento e Secção de Apoio aos Órgãos Municipais:**

I

1. DIREÇÃO MUNICIPAL:

A competência prevista no **artigo 16.º do Regulamento Orgânico e Macro Estrutura Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas**, publicado no Diário da República n.º 252, 2.ª Série, de 31 de dezembro, para coordenar as atividades das unidades orgânicas de nível inferior, designadamente nas áreas jurídica, financeira, patrimonial, de recursos humanos e nas áreas do planeamento e do ordenamento territorial, na intervenção e realização de infraestruturas que promovam o processo de transformação física e o uso do solo, de acordo com as políticas municipais definidas para o efeito, tendo em vista a prossecução das atribuições definidas no **artigo 14.º** do citado Regulamento, nomeadamente para:

- a) Assegurar a concretização das políticas municipais definidas para as respetivas áreas de atividade;
- b) Coordenar as atividades das unidades orgânicas de nível inferior que a compõem na linha geral de atuação definida pelos órgãos municipais competentes;
- c) Assegurar uma adequada articulação entre os departamentos municipais ou outros serviços de nível inferior;

d) Apoiar os dirigentes municipais das unidades orgânicas de nível inferior e superintender os aspetos de gestão corrente;

e) Controlar os resultados sectoriais, responsabilizando-se pela sua produção de forma adequada aos objetivos prosseguidos;

f) Promover a execução das ordens e despachos do Presidente da Câmara ou dos vereadores com poderes para o efeito nas matérias compreendidas na esfera da sua competência.

2. DEPARTAMENTO JURIDICO E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, COM EXCLUSÃO DO SETOR DE CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS, DO SETOR TÉCNICO-JURÍDICO, DO SETOR ADMINISTRATIVO GERAL, DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO, DO SETOR DE RUÍDO, DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO, E DO LABORATÓRIO DE ACÚSTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

- SETOR DE CONTRATOS PÚBLICOS:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;
2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Subunidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;
4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
5. Preparar a celebração de contratos, com exceção dos relativos a pessoal, em que o Município seja outorgante.

DIVISÃO FINANCEIRA E DE APROVISIONAMENTO

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;
2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;



3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;

4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

5. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;

6. Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Outras Atividades Relevantes) e do Orçamento do Município, promovendo o planeamento anual e plurianual de atividades, tanto na sua vertente operativa como orçamental;

7. Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos do modelo de gestão estabelecido no Município;

8. Proceder aos estudos prévios, e colaborar na execução de operações financeiras ao nível da aplicação de disponibilidades e da gestão da carteira de empréstimos;

9. Proceder à liquidação das receitas municipais sempre que esta tarefa não esteja cometida a outros serviços;

10. Colaborar com a Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados na gestão financeira destes projetos, preparando os respetivos elementos contabilísticos;

11. Assegurar a gestão e controlo das garantias bancárias prestadas, quer pelo Município, quer por terceiros a favor do Município, no quadro dos contratos estabelecidos;

12. Organizar a Conta de Gerência e elaborar o respetivo relatório;

13. Elaborar estudos e propostas relativamente a receitas a cobrar pelo Município designadamente sobre o Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais;

14. Assegurar a gestão e funcionamento da tesouraria do Município, designadamente no que respeita à elaboração de planos de tesouraria;

15. Propor diretrizes, mediante análise económico-financeira, para o aumento das receitas municipais;

16. Colaborar na elaboração de relatórios que sistematizem aspetos relevantes da gestão financeira do Município;

17. Apoiar tecnicamente as ações relativas à empresarialização ou concessão externa de atividades ou serviços que o Município tenha decidido empreender;

18. Acompanhar os contratos-programa, protocolos e acordos, na sua incidência financeira, em que o Município participe;

19. Acompanhar e controlar a execução dos Planos e Orçamentos, elaborar relatórios de avaliação dessa execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado;

20. Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;

21. Elaborar, em colaboração com os diversos serviços, o Plano Anual de Aprovisionamento, em consonância com as atividades previstas nos documentos previsionais;

22. Proceder ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados;

23. Proceder à constituição e gestão racional de “stocks”, em consonância com critérios definidos, em articulação com os diversos serviços utilizadores;

24. Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao seu fornecimento mediante requisição própria;

25. Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

26. Autorizar o pagamento das despesas até ao **limite de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, ainda que não tenha sido o agora delegado a autorizá-la.

Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral, com exceção do Setor de Património Municipal, do Setor Técnico e de Seguros, da Secção de Expediente e Apoio Logístico, e do Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico

- Secção de Apoio aos Órgãos Municipais:



1. Assegurar o apoio técnico e administrativo aos Órgãos Municipais, nomeadamente:

- Assegurar a elaboração da ordem do dia das reuniões dos órgãos do Município, com base nos assuntos que, para o efeito, lhe forem indicados pelos respetivos presidentes;

- Assegurar o apoio administrativo às reuniões da Câmara Municipal, bem como tudo o que respeita à elaboração das atas e respetivas minutas;

- Assegurar o conveniente apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal, mormente no que respeita ao respetivo expediente e elaboração das atas e respetivas minutas;

- Assegurar a conveniente disposição física do mobiliário para cada sessão ou reunião dos Órgãos Municipais.

2. Proceder à publicação dos despachos e deliberações através do respetivo Boletim Municipal;

II

1. O delegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante, o delegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 46/PRES/2017

Assunto: DESIGNAÇÃO DE OFICIAL PÚBLICO

No exercício das minhas competências próprias, em conformidade com a alínea b) do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, designo a licenciada em Administração Regional e Autárquica, **Lina Maria Palma do Nascimento**, Oficial Público do Município de Odivelas, competindo-lhe lavrar todos os contratos em que a lei não preveja expressamente a celebração de escritura.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 47/PRES/2017

Assunto: Nomeação dos Membros do Gabinete de Apoio à Vereação da Câmara Municipal de Odivelas

Considerando que nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 42.º e do n.º 4, do artigo 43.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que aprova o regime jurídico das autarquias locais, o Presidente da Câmara Municipal pode constituir um **Gabinete de Apoio à Vereação**.

Assim, nomeio os seguintes Adjuntos e Secretários que exercerão as suas funções no referido Gabinete de Apoio à Vereação.

Adjunta, Maria José Pereira Xavier;
Adjunto, Francisco José Lourenço da Silva Batista;
Adjunto, Luís Gomes da Costa;
Adjunto, Ricardo Joel Soares Oliveira;
Adjunta, Maria Inês Marques da Fonseca;

Secretário, Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva;
Secretário, Fábio Alexandre Martins Farias Lourenço;
Secretária, Andreia Susana Pinto Morgado;
Secretária, Ana Rita Canelas Gameiro.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 26 de outubro de 2017.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 48/PRES/2017

Assunto: Órgãos de Execução Fiscal

Considerando:

- Que o artigo 15º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação conferida pela Lei 42/2016, de 28/12, estabelece que compete aos Municípios a cobrança coerciva de impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, aplicando-se o Código do Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação, com as necessárias adaptações;
- Que nos termos do n.º 2 do artigo 12º da Lei n.º 53 – E/2006, de 2/12, Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na sua atual redação, conferida pela Lei 117/2009, de 29/12, as dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal;
- Que de acordo com o artigo 148º do Código do Procedimento e Processo Tributário a cobrança das dívidas atras referidas efetua-se mediante processo de execução fiscal;
- Que pelo n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, as competências atribuídas aos órgãos periféricos locais serão exercidas, nos termos da Lei, no caso de tributos administrado por autarquias locais, pela respetiva autarquia;
- Que nos termos do n.º 2 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, as competências atribuídas ao CPPT ao dirigente máximo do serviço ou aos órgãos executivos da administração tributária serão exercidas pelo presidente da autarquia;
- Que a alínea a) do n.º 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na redação dada pela Lei 42/2016, de 28/12, atribui ao Presidente da Câmara Municipal competência para decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais.

Designo, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 12 de dezembro, na sua atual redação, dos artigos 148º a 150º do Código do Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e da alínea a) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Dr. João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano, como responsável pelo órgão de execução fiscal do Município de Odivelas e nas suas faltas e/ou impedimentos a Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, Dra. Elizabete Maria Campos Lucas.

Designo ainda, nos termos do mesmo artigo, escrivães dos Processos de Execução Fiscal a Técnica Superior, Paula Cristina da Silva Tavares e nas suas faltas e/ou impedimentos a Técnica Superior, Maria Madalena Romano Baptista Calapez Correia.

Odivelas, 30 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Hugo Martins

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 03/VEV/2017

Assunto: Louvor - João Paulo da Cruz António

Ao Licenciado João Paulo da Cruz António, em virtude do exercício de funções de Adjunto no meu Gabinete de Apoio Pessoal no Mandato 2013/2017.

O Dr. João Paulo da Cruz António, Adjunto do meu Gabinete de Apoio Pessoal, entre outubro de 2013 e outubro de 2017, cessará as funções agora desempenhadas em virtude de ir desempenhar novas funções como Vereador no Executivo do Município de Odivelas.

Enquanto Adjunto do meu Gabinete de Apoio Pessoal sempre se pautou por uma atuação exímia, exercendo as suas funções de modo empenhado e leal.

O seu empenho foi essencial na condução de dossiês importantes, como sejam a Geminção com São Caetano de Odivelas, o reconhecimento do trabalho dos Bombeiros ao liderar a institucionalização do Dia Municipal do Bombeiro, o reconhecimento do trabalho da Proteção Civil de Odivelas ao empenhar-se na conquista do título de Odivelas Cidade Resiliente.

Sempre que a sua ação foi solicitada, demonstrou, sem exceção, a prontidão, eficácia e lealdade que se exige a quem presta serviço público.

Há igualmente que realçar as suas notáveis características pessoais, além de um elevado sentido de responsabilidade sempre empregue em prol do Município e munícipes de Odivelas.

Odivelas, 10 de outubro de 2017.

O Vereador

Edgar S. Valles



DESPACHO N.º 04/VEV/2017

Assunto: Louvor - Paulo Jorge Luis Ribeiro

Ao Licenciado Paulo Jorge Luis Ribeiro, em virtude do exercício de funções de Secretário Político no meu Gabinete de Apoio Pessoal no Mandato 2013/2017.

O Dr. Paulo Jorge Luis Ribeiro, Secretário Político no meu Gabinete de Apoio Pessoal, entre outubro de 2013 e outubro de 2017, cessará as funções agora desempenhadas.

Enquanto Secretário do meu Gabinete de Apoio Pessoal, sempre se pautou por uma atuação exímia, exercendo as suas funções de modo empenhado e leal.

O seu empenho foi essencial na condução de dossiês importantes, como sejam os Centro de Saúde do Concelho, a Educação e Promoção para a Saúde e os Planos Locais de Saúde.

Sempre que a sua ação foi solicitada, demonstrou, sem exceção, a prontidão, eficácia e lealdade que se exige a quem presta serviço público.

Há igualmente que realçar as suas notáveis características pessoais, além de um elevado sentido de responsabilidade sempre empregue em prol do Município e dos munícipes de Odivelas, pelo que é com particular satisfação e digno reconhecimento que aqui expresso o meu público louvor.

Odivelas, 10 de outubro de 2017.

O Vereador

Edgar S. Valles

DESPACHO N.º 4/VMFF/2017

Assunto: Louvor - Sofia Alexandra Prudêncio dos Santos Mateus

Louvor

Ao cessar as minhas funções enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas, cargo que desempenhei durante doze anos, não posso deixar de expressar público louvor pela competência, dedicação e sentido de missão com que a minha secretária política, **Dra. Sofia Alexandra Prudêncio dos Santos Mateus**, sempre desempenhou as funções que lhe foram atribuídas

Ao longo dos sete anos em que integrou o meu gabinete de apoio pessoal, sempre demonstrou, sentido de missão, disponibilidade e entrega à causa pública.

Agradeço profundamente o apoio e lealdade sempre manifestados e por isso é com grande alegria que deixo aqui o meu público louvor.

Odivelas, 23 de Outubro de 2017

A Vereadora

DESPACHO N.º 5/VMFF/2017

Assunto: Louvor - Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes

Louvor

Ao cessar as minhas funções enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas, cargo que desempenhei durante doze anos, não posso deixar de expressar público louvor pela competência, dedicação e lealdade com que a minha adjunta, **Dra. Célia de Fátima Croca de Sousa Antunes**, sempre desempenhou as funções que lhe foram atribuídas, no mandato de 2013 a 2017.

Quero também realçar a capacidade de trabalho e de liderança sempre evidentes, enquanto coordenadora do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo, funções que acumulou com as funções de adjunta do meu gabinete de apoio pessoal, demonstrando excecionais capacidades pessoais, sentido de missão e entrega à causa pública.

Agradeço profundamente o apoio e lealdade sempre manifestados e por isso é com grande alegria que deixo aqui o meu público louvor.

Odivelas, 23 de Outubro de 2017

A Vereadora

DESPACHO N.º 6/VMFF/2017

Assunto: Louvor - Maria Dolores Garcia Furtado

Louvor

Ao cessar as minhas funções enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas, cargo que desempenhei durante doze anos, não posso deixar de expressar público louvor pela dedicação e sentido de missão com que, sempre desempenhou as funções que lhe foram atribuídas

Desde que integrou o meu gabinete de apoio pessoal, sempre demonstrou, sentido de missão, disponibilidade e entrega à causa pública.



Agradeço profundamente o apoio e lealdade sempre manifestados e por isso é com grande alegria que deixo aqui o meu público louvor.

Odivelas, 23 de Outubro de 2017

A Vereadora

DESPACHO N.º 7/VMFF/2017

Assunto: Louvor - Anabela Gordicho da Costa

Louvor

Ao cessar as minhas funções enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Odivelas, cargo que desempenhei durante doze anos, não posso deixar de expressar público louvor pela competência, qualidade de trabalho, dedicação e sentido de missão com que a minha secretária **Anabela Gordicho da Costa**, sempre desempenhou as funções que lhe foram atribuídas

Desde que integrou o meu gabinete de apoio pessoal, sempre demonstrou, sentido de missão, disponibilidade e entrega à causa pública.

Agradeço profundamente o apoio e lealdade sempre manifestados e por isso é com grande alegria que deixo aqui o meu público louvor.

Odivelas, 23 de Outubro de 2017

A Vereadora

EDITAIS

EDITAL N.º 0118/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 8/89
Bairro Novo do Trigache
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89 do Bairro Novo do Trigache para o lote 41 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 29896/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 19 de setembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 130/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2002
Bairro da Mimosa
Freguesia de Odivelas**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002 do Bairro da Mimosa para o lote 90 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito,



sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 46692/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 25 de setembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 131/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/2009
Bairro Novo Santo Eloy
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009 do Bairro Novo Santo Eloy para os lotes 16, 58 e 59 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 47251/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 25 de setembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de outubro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/12238, de 2017.10.24:

Divisão de Habitação

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3368

Interno/2017/11164 de 2017/09/21

Assunto: Transmissão do arrendamento – Atualização de renda – Nome: Jorge Manuel da Silva Moreira – Morada: Praceta Alice Pestana, n.º 3 – R/C C - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se o arrendatário quanto à transmissão do arrendamento e ao valor da renda atualizado, nos termos da Lei. Segue contrato de arrendamento assinado, em duplicado. Informe-se o DGJFP/DFA do valor da renda. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/10/02

EDOC/2015/3437

Interno/2017/10543 de 2017/09/08

Assunto: Análise jurídica à situação contratual do locado sito na Praceta dos Cravos, n.º 3 – 2.º Esq., em Arroja – Audiência de Interessados

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, considerando a fundamentação jurídica e informação social produzida. Segue ofício assinado. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/09/14

EDOC/2017/33805

Interno/2017/11420 de 2017/09/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Cristóvão da Gama – Pontinha – Pagamento de quota extraordinária

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 25,00€ (vinte e cinco euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 12, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/10/02

EDOC/2017/53645

Interno/2017/11948 de 2017/10/12

Assunto: Reajustamento da Renda – Nome: José António Nunes e Justino Manuel Moreira Nunes – Morada: Rua Dr. Elysio Moura, n.º 8 – 2.º Dtº - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de André Moreira Nunes.”

Data da decisão: 2017/10/17

EDOC/2017/54488

Interno/2017/11659 de 2017/10/03

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto, 4 – R/C Dt. – Silviurbana na qualidade de representantes da Senhora Maria do Carmo Gomes Rodrigues

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento de 5,78 € (cinco euros e setenta e oito cêntimos), diferença anual correspondente à atualização ao valor de renda do fogo sito na Praceta Manuela Porto, n.º 4, RC Dto, em Odivelas, no âmbito do PROHABITA I, com início em novembro 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 9, à Silviurbana - investimentos imobiliários, Lda., condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/10/17

EDOC/2017/54490

Interno/2017/11657 de 2017/10/03

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto, 2 – 2.º Esq. – Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Manuel Moisés Ferreira

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento de 5,82 € (cinco euros e oitenta e dois cêntimos), diferença anual correspondente à atualização ao valor de renda do fogo sito na Praceta Manuela Porto, n.º 2, 2.º Esq., em Odivelas, no âmbito do PROHABITA I, com início em novembro 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 9, à Silviurbana - investimentos imobiliários, Lda., condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 bem como à verificação do art.º 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/10/17

EDOC/2017/54492

Interno/2017/11653 de 2017/10/03

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Praceta Manuela Porto, 2 – 3.º Fr. – Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio Amandino Nogueira de Almeida.

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento de 5,88 € (cinco euros e oitenta e oito cêntimos), diferença anual correspondente à atualização ao valor de renda do fogo sito na Praceta Manuela Porto, n.º 2, 3.º Fte, em Odivelas, no âmbito do PROHABITA I, com início em novembro 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 9, à Silviurbana - investimentos imobiliários, Lda., condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei



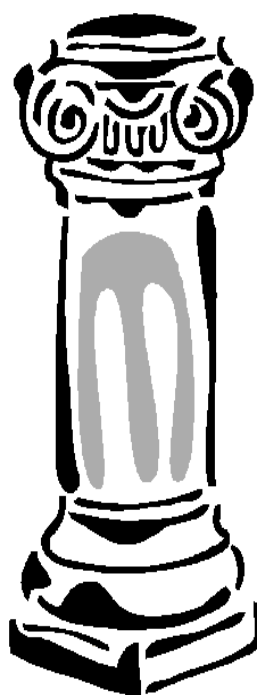
n.º 127/2012 de 21/06 bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/10/17

EDOC/2017/54496
Interno/2017/11655 de 2017/10/03
Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Amélia Rey Colaço, 3 – 14º Frt, Arroja – Silviurbana na qualidade de representantes do Senhorio José Oliveira Ferreira.
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento de 6,02 € (seis euros e dois cêntimos), diferença anual correspondente à atualização ao valor de renda do fogo sito na Rua Amélia Rey Colaço, n.º3, 14.º Fte., em Odivelas, no âmbito do PROHABITA I, com início em novembro 2017, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 9, à Silviurbana - investimentos imobiliários, Lda., condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 bem como da verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/10/17

EDOC/2017/55469
Interno/2017/11457 de 2017/09/28
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Fernão Lopes – Póvoa Santo Adrião – Pagamento de quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 344,40€ (trezentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, bem como à verificação do artº 49 da LOE/2017, conforme Circulares n.º 2/DM/2017 e n.º 3/DM/2017. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/10/17



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.^a SESSÃO APÓS INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2021

Realizada em 25 de outubro de 2017

DELIBERAÇÕES

PONTO ÚNICO

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE, DO PRIMEIRO E SEGUNDO SECRETÁRIOS DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De acordo com o n.º 5 do art.º 45 da Lei n.º 169/99 de 18 setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do art.º 24º do Regimento da Assembleia Municipal, foi apresentada a seguinte lista nominativa na qual constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos.

Lista A: apresentada pelo Senhor Presidente em Exercício, Miguel Cabrita, da bancada do PS;

Presidente: Miguel Filipe Pardal Cabrita, da bancada do PS;

Primeira Secretária: Tânia Cristina de Oliveira Vieira Rodrigues Rebelo Beleza, da bancada do PS;

Segunda Secretária: Ana Cláudia Ribeiro Gabriel Ribeirinho, da bancada do PS;

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, da Lista A, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Total de votos da Lista A – 35;

Votos a Favor 19;

Votos Nulos: 1;

Votos Brancos: 15.

Nestes termos, a **Lista A** foi **Aprovada por Maioria**, com 19 votos a favor, 1 voto nulo e 15 votos brancos, tendo ficado constituída a Mesa da Assembleia Municipal pelos seguintes elementos:

Presidente: Miguel Filipe Pardal Cabrita, da bancada do PS;

Primeira Secretária: Tânia Cristina de Oliveira Vieira Rodrigues Rebelo Beleza, da bancada do PS;

Segunda Secretária: Ana Cláudia Ribeiro Gabriel Ribeirinho, da bancada do PS.

Os membros eleitos tomaram assento na Mesa da Assembleia Municipal.